



UNIVERSIDADE DO MINHO
ESCOLA DE DIREITO

Cristina M. A. Dias

CURRICULUM VITAE

Braga
2020

Curriculum vitae

apresentado no âmbito da candidatura à Presidência da Escola de Direito da
Universidade do Minho

ÍNDICE

ÍNDICE.....	3
DADOS PESSOAIS.....	6
PERCURSO ACADÉMICO E PROFISSIONAL.....	7
I. DESEMPENHO CIENTÍFICO.....	9
1. PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	9
1.1 <i>Monografias</i>	9
1.2 <i>Textos em obras coletivas</i>	10
1.3 <i>Artigos em revistas</i>	14
1.4 <i>Obras pedagógicas/sebentas</i>	18
1.5 <i>Atas de Congressos</i>	18
1.6 <i>Relatórios científicos e elementos apresentados no âmbito de provas académicas</i>	21
1.7 <i>Compilação de legislação</i>	21
2 RECONHECIMENTO PELA COMUNIDADE E SOCIEDADE EM GERAL.....	21
2.1 <i>Citações pela Doutrina</i>	21
2.2 <i>Citações pela jurisprudência</i>	24
2.3 <i>Participação em reuniões científicas</i>	30
2.4 <i>Participação em cursos breves, sessões de estudo e outros</i>	42
2.5 <i>Prêmios recebidos</i>	47
3 COORDENAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS CIENTÍFICOS E DE CRIAÇÃO CULTURAL.....	47

4 COORDENAÇÃO, LIDERANÇA E DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO 49

II. CAPACIDADE PEDAGÓGICA.....	52
1. ATIVIDADES LETIVAS EM INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR.....	52
1.1 <i>Atividades letivas na Universidade do Minho</i>	52
1.2 <i>Colaboração com outras instituições de ensino superior universitário</i>	63
1.3 <i>Outras colaborações</i>	64
2. DESEMPENHO PEDAGÓGICO.....	66
3. INOVAÇÃO E VALORIZAÇÃO PEDAGÓGICAS	66
4. PRODUÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO.....	67
5. COORDENAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS PEDAGÓGICOS	67
6. ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO DE ESTUDANTES.....	68
6.1 <i>Dissertações de mestrado</i>	68
a) <i>Dissertações aprovadas</i>	68
b) <i>Relatórios profissionais (Despacho RT 38-2011) aprovados</i>	72
c) <i>Dissertações em elaboração (algumas suspensas)</i>	72
d) <i>Relatórios profissionais (Despacho RT 38-2011) em elaboração (suspensos)</i>	77
6.2 <i>Dissertações de mestrado em colaboração com a Universidade Gregório Semedo - Angola, em elaboração</i>	77
6.3 <i>Dissertações de mestrado em colaboração com a Universidade Piaget - Angola</i>	77
a) <i>Dissertações aprovadas</i>	77
b) <i>Dissertações em elaboração</i>	78
6.4 <i>Teses de doutoramento</i>	78
a) <i>Teses aprovadas</i>	78
b) <i>Teses em elaboração</i>	78

III. OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES.....	79
1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE CIENTÍFICA E EDUCACIONAL E À SOCIEDADE EM GERAL	79
1.1 Avaliação de artigos para revistas.....	79
1.2 Serviços à comunidade científica e educacional.....	81
1.3 Serviços à sociedade em geral	82
1.4 Cargos assumidos.....	84
2. AÇÕES E PUBLICAÇÕES DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA.....	84
3. ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO DE NATUREZA ACADÉMICA, NO ÂMBITO DE PROVAS E CONCURSOS ACADÉMICOS, PROFISSIONAIS E CIENTÍFICOS.....	86
3.1 Provas de mestrado (com arguição)	86
3.2 Provas de mestrado (sem arguição).....	92
3.3 Provas de doutoramento (com arguição).....	100
3.4 Provas de doutoramento (sem arguição)	101
3.5 Concursos académicos	102
3.6 Outras	102
4. PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE GESTÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR OU DE INVESTIGAÇÃO	103
4.1 Cargos em órgãos da Universidade e das unidades/subunidades orgânicas	103
4.2 Coordenação e gestão de cursos	104
4.3 Outros cargos e tarefas temporárias.....	105
5. PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES E SOCIEDADES CIENTÍFICAS RELEVANTES OU EM OUTRAS ENTIDADES DE CARÁCTER CIENTÍFICO OU CULTURAL QUE DESENVOLVAM ATIVIDADES NO ÂMBITO DA MISSÃO DAS ANTERIORES.....	106
6. PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES OFICIAIS ACADÉMICAS DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL	106

DADOS PESSOAIS

Nome: Cristina Manuela Araújo Dias

Data de nascimento: 23 de outubro de 1975

Local de nascimento: Azurém – Guimarães – Portugal

Morada: Rua Luís António Correia, n.º 99, 5.º Dto. - Braga

Cartão do Cidadão n.º 10546418

NIF 212974637

Telm.: 966369894

Email: cdias@direito.uminho.pt

PERCURSO ACADÉMICO E PROFISSIONAL

Entre 1993 e 1998 frequentei o curso de Direito da Universidade do Minho, tendo terminado a licenciatura com média final de 16 valores.

No ano letivo 1998/1999 iniciei o exercício de funções de docência na Escola de Direito (na altura, Departamento Autónomo de Direito) da Universidade do Minho, como Assistente-Estagiária.

Enquanto Assistente-Estagiária (novembro de 1998 a julho de 2002), lecionei aulas teórico-práticas das unidades curriculares de Direito da Família e Sucessões, ao curso de licenciatura em Direito, e de Introdução ao Direito, ao curso de licenciatura em Gestão de Empresas.

Entre 1999 e 2000 frequentei, com aprovação, a parte escolar do Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Civilísticas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com correspondência a pós-graduação.

De janeiro de 1999 a junho de 2000 frequentei e concluí com aprovação o curso de estágio da Ordem dos Advogados, no Conselho Distrital do Porto.

A 5 de julho de 2002 apresentei a provas públicas e defendi a dissertação de mestrado, com o tema “Compensações devidas pelo pagamento de dívidas do casal (da correção do regime actual)”, em Ciências Jurídico-Civilísticas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, obtendo a classificação de Muito Bom, tendo sido contratada como Assistente da Escola de Direito da Universidade do Minho.

Enquanto Assistente da Escola de Direito (julho de 2002 a julho de 2008), lecionei aulas teórico-práticas de Direito da Família e Sucessões e de Direitos Reais, ao curso de licenciatura em Direito, e de Introdução ao Direito, ao curso de licenciatura em Economia, bem como lecionei, com o Senhor Professor Doutor Heinrich Hörster, a unidade curricular de Direito da Criança e do Jovem no Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Família, do Instituto de Educação da Universidade do Minho.

Nos anos letivos de 2004/2005, 2005/2006 e 2006/2007 obtive dispensa de serviço docente na Escola de Direito da Universidade do Minho para preparação da tese de

doutoramento, tendo como orientadores os Senhores Professores Doutores Heinrich Ewald Hörster e Guilherme de Oliveira, tese que entreguei em outubro de 2007.

A 21 de julho de 2008 apresentei a provas públicas e defendi a tese de doutoramento, com o tema “Do regime da responsabilidade por dívidas dos cônjuges (problemas, críticas e sugestões)”, em Ciências Jurídico-Civilísticas, na Universidade do Minho, tendo sido aprovada por unanimidade.

Na sequência da obtenção do grau de doutor, fui contratada como Professora Auxiliar da Escola de Direito da Universidade do Minho, em regime de exclusividade.

Apresentei, em julho de 2012, no Conselho Científico da Escola de Direito, relatório de atividade universitária desenvolvida nos anos de 2008/2009 a 2012/2013, nos termos dos arts. 22.º e 25.º do ECDU, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade pelo mesmo Conselho e autorizada a manutenção do contrato por tempo indeterminado pelo Senhor Reitor da Universidade do Minho.

Nesta mesma universidade adquiri, em novembro de 2015, o título de agregado, conferido em Direito, área de especialização de Ciências Jurídicas Privatísticas.

Por concurso documental, de âmbito internacional, integrei a categoria de professora associada, na área disciplinar de Ciências Jurídicas Civilísticas, da Escola de Direito da Universidade do Minho, desde 27 de janeiro de 2017.

I. DESEMPENHO CIENTÍFICO

1. *Produção científica*

1.1 Monografias

- *Compensações devidas pelo pagamento de dívidas do casal (da correcção do regime actual)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003.
- *Uma análise do novo regime jurídico do divórcio (Lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro)*, Coimbra, Almedina, 2008.
- *Uma análise do novo regime jurídico do divórcio (Lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro)*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2009.
- *Do regime da responsabilidade por dívidas dos cônjuges (problemas, críticas e sugestões)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.
- *Lições de Direito das Sucessões*, Coimbra, Almedina, 2010.
- *Alteração do estatuto patrimonial dos cônjuges e a responsabilidade por dívidas*, Coimbra, Almedina, 2012.
- *Lições de Direito das Sucessões*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2012.
- *Alteração do Estatuto Patrimonial dos Cônjuges e a Responsabilidade por Dívidas*, reimpressão, Coimbra, Almedina, 2014.
- *Lições de Direito das Sucessões*, 3.^a ed., reimpressão, Coimbra, Almedina, 2014.
- *Lições de Direito das Sucessões*, 4.^a ed., Coimbra, Almedina, 2015.

- *Lições de Direito das Sucessões*, 5.^a ed., Coimbra, Almedina, 2016.
- *Alteração do Estatuto Patrimonial dos Cônjuges e a Responsabilidade por Dívidas*, reimpressão, Coimbra, Almedina, 2017.
- *Lições de Direito das Sucessões*, 6.^a ed., Coimbra, Almedina, 2017.
- *Lições de Direito das Sucessões*, 6.^a ed., reimpressão, Coimbra, Almedina, 2018.
- *Lições de Direito das Sucessões*, 7.^a ed., Coimbra, Almedina, 2019.

1.2 Textos em obras coletivas

- “Da acessão no âmbito da titularidade dos bens no regime de comunhão de adquiridos: bens adquiridos por virtude da titularidade de bens próprios”, in AAVV, *Estudos em Comemoração do Décimo Aniversário da Licenciatura em Direito da Universidade do Minho*, Coimbra, Almedina, 2004, pp. 229-249.
- “Das compensações pelo pagamento de dívidas do casal (o caso especial da sua actualização)”, in AAVV, *Comemorações dos 35 anos do Código Civil e dos 25 anos da Reforma de 1977, Direito da Família e das Sucessões*, Vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pp. 319-339.
- “Relatório da mesa temática relativa aos efeitos patrimoniais do casamento”, 2.^a *Bienal de Jurisprudência. Direito da Família*, Centro de Direito da Família, Coimbra, Coimbra Editora, 2005, pp. 17-24.
- “Relatório da mesa temática relativa aos efeitos patrimoniais do casamento”, 3.^a *Bienal de Jurisprudência. Direito da Família*, Centro de Direito da Família, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, pp. 13-19.

- “Das compensações pelo pagamento de dívidas do casal (o caso especial da sua actualização)”, in AAVV, *Escritos de Direito das Famílias: uma perspectiva luso-brasileira*, Porto Alegre, Magister Editora, 2008, pp. 75-94.
- “Breves notas sobre o fundamento das compensações no âmbito das relações patrimoniais entre os cônjuges”, in AAVV, *Ars Iudicandi – Estudos em homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 2009, pp. 207-223.
- “Algumas reflexões em torno da cessão de quotas entre cônjuges”, in AAVV, *Ad Honorem – Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Manuel Henrique Mesquita*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 2009, pp. 639-672.
- “O crédito pela compensação do trabalho doméstico prestado na constância do matrimónio (a contribuição consideravelmente superior de um dos cônjuges para os encargos da vida familiar – o artigo 1676.º do Código Civil)”, in AAVV, *E foram felizes para sempre...? Uma análise crítica do novo regime jurídico do divórcio*, sob a coordenação de M.^a Clara Sottomayor e M.^a Teresa Féria de Almeida, Coimbra, Coimbra Editora/Wolters Kluwer, 2010, pp. 199-226.
- “O casamento como contrato celebrado entre duas pessoas (de sexo diferente ou do mesmo sexo (!))”, in AAVV, *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, vol. III, Coimbra, Almedina, 2011, pp. 353-396.
- “Breves notas sobre a responsabilidade civil dos cônjuges entre si: o novo regime do art. 1792.º do Código Civil (na redacção dada pela Lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro) e a manutenção da irresponsabilidade ao nível dos efeitos patrimoniais do casamento”, in AAVV, *Estudos dedicados ao Professor Doutor Luís Alberto Carvalho Fernandes, Direito e Justiça*, vol. I, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2011, pp. 389-419.

- “Da inclusão constitucional da união de facto – nova relação familiar”, in AAVV, *Estudos de homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda*, vol. VI, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, pp. 451-470.
- “Algumas notas em torno do regime jurídico do apadrinhamento civil”, in AAVV, *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Heinrich Ewald Hörster*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 161-195.
- “Algumas reflexões sobre a anulação do casamento civil simulado”, in AAVV, *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 2013, pp. 267-292.
- “Breves notas em torno da (des)articulação do regime de administração e disposição dos bens do casal com o regime da responsabilidade por dívidas”, in AAVV, *Estudos dedicados ao Professor Doutor Nuno José Espinosa Gomes da Silva*, vol. I, *Direito e Justiça – Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2013, pp. 271-296.
- “A “prisão matrimonial” por dívidas: as dívidas perante a Banca”, in AAVV, *Estudos em comemoração dos 20 anos da Escola de Direito da Universidade do Minho*, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, pp. 187-204.
- “O trabalho infantil à luz da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo”, in AAVV, *Para Jorge Leite – Escritos jurídico-laborais*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, pp. 309-326.
- “Considerações em torno do regime processual da responsabilidade por dívidas dos cônjuges (referências aos artigos 740.º a 742.º do Código de Processo Civil)”, in AAVV, *Textos de Direito da Família para Francisco Pereira Coelho*, coordenação de Guilherme de Oliveira, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, pp. 131-159.

- “A proteção sucessória da família – notas críticas em torno da sucessão legitimária”, in AAVV, *Atas do Congresso Internacional Autonomia e Heteronomia no Direito da Família e no Direito das Sucessões*, coordenação de Helena Mota e Maria Raquel Guimarães, Coimbra, Almedina, 2016, pp. 449-463.
- “Nos 25 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança: a proteção dos direitos da criança na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo”, *Liber Amicorum Manuel Simas Santos*, Lisboa, Rei dos Livros, 2016, pp. 329-343.
- “Adoção”, in AAVV, *Dicionário Crime, Justiça e Sociedade*, Edições Sílabo, Lisboa, 2016, pp. 27 e 28.
- “Apadrinhamento civil”, in AAVV, *Dicionário Crime, Justiça e Sociedade*, Edições Sílabo, Lisboa, 2016, pp. 44-46.
- “Guarda”, in AAVV, *Dicionário Crime, Justiça e Sociedade*, Edições Sílabo, Lisboa, 2016, pp. 248 e 249.
- “Das recentes alterações à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – algumas notas”, in AAVV, *Estudos em homenagem ao Professor Doutor António Cândido de Oliveira*, Coimbra, Almedina, 2017, pp. 201-215.
- “Algumas notas em torno das doações ao cônjuge e o instituto da colação”, in AAVV, *Estudos Comemorativos dos 20 anos da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, vol. I, Coimbra, Almedina, 2017, pp. 287-304.
- “Anotação aos arts. 2024.º a 2027.º; arts. 2029.º a 2074.º; arts. 2119.º a 2155.º; arts. 2168.º a 2178.º; arts. 2224.º a 2248.º; arts. 2301.º a 2307.º; arts. 2311.º a 2334.º do Código Civil”, in AAVV, *Código Civil Anotado – Livro V – Direito das Sucessões*, sob a coordenação de Cristina A. Dias, Coimbra, Almedina, 2018.

- “Anotação ao art. 43.º da Lei Tutelar Educativa”, in AAVV, *Lei Tutelar Educativa Anotada*, sob a coordenação de Cristina Dias/Margarida Santos/Rui do Carmo, Coimbra, Almedina, 2018, pp. 179-187.
- “Evolução recente do Direito da Família em Portugal - I”, in AAVV, *Estudos de Direito da Família e Menores*, coordenação de Manuel Trigo, Macau, Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Macau, 2018, pp. 745-762.
- “Evolução recente do Direito da Família em Portugal - II”, in AAVV, *Estudos de Direito da Família e Menores*, coordenação de Manuel Trigo, Macau, Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Macau, 2018, pp. 763-782.
- “Estatuto sucessório do cônjuge sobrevivente – algumas notas críticas”, in AAVV, *50 anos do Código Civil – Atas do Congresso Internacional Comemorativo do Cinquentenário do Código Civil Português de 1966*, Coimbra, Almedina, 2019, pp. 259-282.
- “Direito ao casamento II”, in AAVV, *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais*, organização de Paulo Pinto de Albuquerque, vol. II, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2019, pp. 1934-1951.
- “Anotação dos artigos 1690.º a 1697.º do Código Civil”, in AAVV, *Código Civil Anotado*, vol. IV, coordenação de Maria Clara Sottomayor, Coimbra, Almedina, 2020.

1.3 Artigos em revistas

- “Responsabilidade civil e direitos familiares conjugais (pessoais e patrimoniais) – Possibilidade de indemnização ou fragilidade da garantia?”, *Scientia Iuridica*, n.ºs 286/288, julho/dezembro, 2000, pp. 351-374.

- “Do mandato na administração dos bens do casal (uma análise dos artigos 1678.º, n.º 2, al. g), e 1681.º, n.ºs 2 e 3, do Código Civil)”, *Scientia Iuridica*, n.º 290, maio/agosto, 2001, pp. 181-208.
- “Processo de inventário, administração e disposição de bens (conta bancária) e compensações no momento da partilha dos bens do casal – comentário ao acórdão da Relação de Évora, de 21-2-2002”, *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família*, ano 1, n.º 2, 2004, pp. 111-122.
- “Dissolução da união de facto”, *Cadernos de Direito Privado*, n.º 11, julho/setembro, 2005, pp. 63-80.
- “A especialidade do consentimento conjugal na alienação de imóvel próprio – Ac. do STJ, de 28.3.2006”, *Cadernos de Direito Privado*, n.º 15, julho/setembro, 2006, pp. 62-72.
- “A criança como sujeito de direitos e o poder de correcção”, *Julgar*, n.º 4, 2008, pp. 87-101.
- “Breves notas acerca da responsabilidade por dívidas na separação de facto”, *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família*, ano 6, n.º 11, 2009, pp. 57-69.
- “A partilha dos bens do casal em caso de divórcio – a solução do artigo 1790.º do Código Civil”, *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família*, ano 8, n.º 15, 2011, pp. 19-31.
- “Responsabilidade e indemnização por perda do direito ao débito conjugal – considerações em torno do artigo 496.º do Código Civil”, *Scientia Iuridica*, tomo LXI, n.º 329, 2012, pp. 391-420.

- “A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e as novas formas de família”, *Revista Jurídica da Universidade Portucalense*, n.º 15, 2012, pp. 35-48.
- “Dificuldades de prova nas relações familiares – alguns exemplos”, *Julgar*, número especial, Associação Sindical dos Juizes Portugueses, Coimbra, Coimbra Editora, 2013, pp. 107-128.
- “*De facto* relationships as a new family form in the jurisprudence of the European Court of Human Rights”, *International Family Law*, março 2014, pp. 20-24.
- “Investigação da paternidade e abuso do direito. Das consequências jurídicas do reconhecimento da paternidade – anotação ao ac. do STJ, de 9.4.2013, Proc. 187/09”, *Cadernos de Direito Privado*, n.º 45, janeiro-março, 2014, pp. 32-59.
- “O regime do apadrinhamento civil no ordenamento jurídico português”, *Revista Fórum de Direito Civil*, Belo Horizonte, ano 3, n.º 6, maio/agosto 2014, pp. 117-137.
- “Uniones de hecho: la posición sucesoria del conviviente supérstite en Portugal”, *Anuario da Faculdade de Dereito da Universidade da Coruña*, n.º 18, 2014, pp. 65-77.
- “Algumas repercussões do novo regime jurídico do processo de inventário – notas em torno da nova redação dos arts. 1770.º, n.º 2, e 2102.º, n.º 1, do Código Civil”, *Scientia Iuridica*, tomo LXIV, n.º 338, maio/agosto 2015, pp. 149-161.
- “Reflexões em torno da adoção e coadoção por pessoas do mesmo sexo”, *Temas de Direito Privado - Revista on line do Departamento de Ciências Jurídico-Privatísticas da Escola de Direito da Universidade do Minho*, n.º 1, Braga, Escola de Direito da Universidade do Minho, outubro de 2015, pp. 29-51.
- “Os direitos sucessórios dos companheiros”, *RDFAS - Revista de Direito da Família e das Sucessões, ebook*, ano 1, vol. 2, outubro-dezembro 2014.

- “Bens sub-rogados no lugar de bens próprios. Omissão no título aquisitivo das menções constantes do art. 1723.º, al. c), do Código Civil – anotação ao Acórdão Uniformizador de Jurisprudência n.º 12/2015, de 2 de julho de 2015”, *Cadernos de Direito Privado*, n.º 51, julho-setembro, 2015, pp. 59-85.
- “O prazo de dois anos para a ação intentada pelo Ministério Público de investigação da paternidade do artigo 1866.º, n.º 2, do Código Civil – Ac. do Tribunal Constitucional n.º 604/2015, de 26.11.2015”, *Cadernos de Direito Privado*, n.º 52, outubro-dezembro, 2015, pp. 48-60.
- “Gestação de substituição – breves notas sobre a sua admissibilidade no ordenamento jurídico português”, *Anuário de Direitos Humanos*, Centro de Investigação Interdisciplinar em Direitos Humanos, *ebook*, ano 0, dezembro de 2017, pp. 29-44 (disponível em http://www.jusgov.uminho.pt/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_numero_0_2017_issn.pdf).
- “Estabelecimento da avoenga e da bisavoenga – admissibilidade da analogia do estabelecimento da filiação? – anotação do Ac. do TRP, de 26.6.2017”, *Cadernos de Direito Privado*, n.º 59, julho-setembro, 2017, pp. 44-59.
- “Non-marital relationships and the European Court of Human Rights”, em colaboração com Rossana Martingo Cruz, *Anuário de Direitos Humanos*, Centro de Investigação Interdisciplinar em Direitos Humanos, *ebook*, ano 1, 2018, pp. 27-40 (disponível em <https://drive.google.com/file/d/1f1ETu4zVtO-oAjiQXSYKtmsqOgkQEWep/view?fbclid=IwAR1DdLu4kHsJ1rWgoOkRNALL3DcS0mqfQMHex0OmQKj0xQKQsGJBBvG76nc>).
- "Algumas notas em torno do casamento no ordenamento jurídico português - diversidade religiosa, igualdade, diversidade cultural, étnica e a idade núbil", *Revista de Direito de Família e das Sucessões*, ano 6, vol. 19, janeiro-março 2019, pp. 156-182.

1.4 Obras pedagógicas/sebentas

Além das *Lições de Direito das Sucessões*, já mencionadas nas monografias:

- *Direito da Família e das Sucessões – casos de exame resolvidos*, Braga, AEDUM, 2010.
- *Direito da Família e das Sucessões – casos de exame resolvidos*, 2.^a ed., Braga, AEDUM, 2012.
- *Direito da Família e das Sucessões – casos de exame resolvidos*, 2.^a ed., reimpressão, Braga, AEDUM, 2018.
- “Responsabilidade por dívidas dos cônjuges”, in AAVV, *Casos Práticos de Solicitadoria - Direito da Família e das Sucessões*, coordenação de Patrícia Rocha, Nuno Mendes Claro e Cátia Cebola, Coimbra, Almedina, 2019, pp. 45-58.
- *Regime jurídico do maior acompanhado – apontamentos (Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto)*, Braga, AEDUM, 2019.
- *Direito da Família e das Crianças – exercícios resolvidos, Criminologia e Justiça Criminal*, coordenação de Rossana Martingo Cruz, Braga, AEDUM, 2019.

1.5 Atas de Congressos

- “Reflexões em torno da adoção e coadoção por pessoas do mesmo sexo”, Atas do Congresso Nacional Realidades e Desafios: o caso Português, por ocasião das comemorações do 25.º Aniversário da Convenção dos Direitos da Criança, organizado pelo Instituto de Educação e pela Escola de Direito da Universidade do Minho, a 25 e 26 de setembro de 2014, a publicar.

- “O art. 62.º da Constituição da República Portuguesa – do direito de propriedade privada e das restrições à liberdade de disposição *mortis causa*”, in AAVV, *Atas do Congresso Internacional Direito na Lusofonia – Diálogos Constitucionais no Espaço Lusófono*, Braga, Escola de Direito da Universidade do Minho, 2016, pp. 151-164.
- “Experiência de lecionação em Direito em cursos não jurídicos – a lecionação da UC de Direito das Crianças e Jovens ao Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias do Instituto de Educação”, in AAVV, *Atas do Congreso Internacional “Docencia en Derecho y Proceso: hacia un aprendizaje de calidad en la Universidad”*, Madrid, Dykinson, 2017, pp. 61-67, [ebook (<http://e-archivo.uc3m.es/handle/10016/24500>)].
- “Estatuto sucessório do cônjuge sobrevivente e do unido de facto”, in AAVV, *Código Civil de 1966 – Novos desafios. Comemorações dos 50 anos do Código Civil*, Braga, Escola de Direito da Universidade do Minho, 2017, pp. 111-137.
- “O apadrinhamento civil – entre a adoção e a tutela”. in AAVV, *Atas do III Simpósio Luso-Brasileiro em Estudos da Criança, Travessias e Travessuras nos Estudos da Criança*, organizado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, a 19 e 20 de julho de 2016, Porto, Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, 2016, pp. 71-84 [ebook (http://estudosdacrianca3.pt/wp-content/uploads/2017/08/Atas_Simpósio_Estudos_III_red.pdf)].
- “Da celebração e dissolução do casamento *online* – algumas reflexões”, in AAVV, *Atas do 5.º Congresso Internacional Direito na Lusofonia – Diálogos Constitucionais no Espaço Lusófono*, Braga, Escola de Direito da Universidade do Minho, 2018, pp. 33-46.
- “O divórcio e o novo estatuto jurídico dos animais, introduzido pela Lei n.º 8/2017, de 3 de março – quem fica com o animal de companhia?”, in AAVV, *Família e Pessoa: uma questão de princípios*, Atas do V Congresso Iberoamericano de Direito da Família e das Pessoas, coordenação de Regina Beatriz Tavares da Silva e Ursula Cristina Basset, São Paulo, YK Editora, 2018, pp. 287-300.

- “Da sucessão legitimária e da proibição dos pactos sucessórios – a necessária flexibilização”, in AAVV, *Future Law*, Atas do I Congresso Internacional sobre o Futuro do Direito, direção de Catarina Santos Botelho e Fábio da Silva Veiga e coordenação de Luís Heleno Terrinha e Pedro Coutinho, *ebook*, Porto, Universidade Católica Editora, 2018, pp. 125-142.
- “Aspetos sucessórios da procriação medicamente assistida – algumas reflexões”. in AAVV, *Atas da I Conferência Internacional de Direito e Bioética, Temas de Direito e Bioética. Novas questões do Direito da Saúde*, vol. I, coordenação de Benedita Mac Crorie, Miriam Rocha e Sónia Moreira, *ebook*, Braga, DH-CII – Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar, JusGov – Centro de Investigação em Justiça e Governação, Escola de Direito da Universidade do Minho, 2018, pp. 45-62.
- “O trabalho infantil à luz da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo”, in AAVV, *Interloquções Jurídicas Luso-Brasileiras*, vol. II, coordenação de António Cândido de Oliveira e Ricardo Hermany, Braga, AEDREL – Associação de Estudos de Direito Regional e Local, 2019, pp. 81-97.
- “Violencia en las relaciones entre los cónyuges: responsabilidad y divorcio”, in AAVV, Jornadas “Argentino-Luso-Brasileñas sobre Daños y Violencia”, Atas do Congresso realizado nos dias 25 e 26 de abril de 2019, em Buenos Aires, Argentina, a publicar.
- “Pactos sucessórios – a solução do legislador português pela Lei n.º 48/2018, de 14 de agosto”, in AAVV, Jornadas Internacionais “Igualdade e Responsabilidade nas Relações Familiares”, Atas do Congresso realizado nos dias 5 e 6 de dezembro de 2020, na Escola de Direito da Universidade do Minho, organização de Cristina Dias, Rossana Martingo Cruz e Regina Beatriz Tavares da Silva, Braga, Escola de Direito da Universidade do Minho, 2020, pp. 289-303.

1.6 Relatórios científicos e elementos apresentados no âmbito de provas académicas

- Apresentei, em julho de 2012, no Conselho Científico da Escola de Direito, relatório de atividade universitária desenvolvida nos anos de 2008/2009 a 2012/2013, nos termos dos arts. 22.º e 25.º do ECDU, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade pelo mesmo Conselho e autorizada a manutenção do contrato por tempo indeterminado pelo Senhor Reitor da Universidade do Minho.
- No âmbito das provas de agregação, realizadas nos dias 16 e 17 de novembro de 2015, apresentei relatório sobre o programa, o conteúdo e os métodos de ensino da unidade curricular de Direito das Sucessões no Mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões.
- No âmbito das provas de agregação, realizadas nos dias 16 e 17 de novembro de 2015, apresentei uma lição de Direito das Sucessões no Mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões, dedicada ao “Estatuto sucessório do cônjuge sobrevivente e do unido de facto”.

1.7 Compilação de legislação

- *Direito das Crianças e Jovens – compilação de legislação, ebook*, Braga, Edição Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar, 2017 (disponível em http://www.jusgov.uminho.pt/publicacoes/direito-das-criancas-e-jovens-compilacao-de-legislacao_/)

2 Reconhecimento pela comunidade e sociedade em geral

2.1 Citações pela Doutrina

- CARDOSO, Augusto Lopes, *Partilhas Judiciais*, vols. I, II e III, 6.^a ed., Coimbra, Almedina, 2015.

- CARVALHO, Filipa Daniela Ramos de, *A (síndrome de) alienação parental e o exercício das responsabilidades parentais: algumas considerações*, Coimbra, Coimbra Editora, 2011.

- COELHO, Pereira/OLIVEIRA, Guilherme, *Curso de Direito da Família*, vol. I, 4.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2008.

---, *Curso de Direito da Família*, vol. I, 5.^a ed., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

- CRUZ, Rossana Martingo, *Mediação familiar – limites materiais dos acordos e o seu controlo pelas autoridades*, Coimbra, Coimbra Editora, 2011.

---, *A mediação familiar como meio complementar de Justiça*, Coimbra, Almedina, 2018.

---, *União de facto versus casamento – questões pessoais e patrimoniais*, Coimbra, Gestlegal, 2019.

- FIALHO, António José, *Guia Prático do Divórcio e das Responsabilidades Parentais*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, 2012 (<http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/GuiaDivorcioRespParent/anexos/anexo23.pdf>), consultado a 1 de março de 2014.

---, “Algumas questões sobre o novo regime jurídico do divórcio”, in http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/ct_MA_12537.pdf, consultado a 1 de março de 2014.

- GONÇALVES, Marco, *Lições de Processo Civil Executivo*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2018.

- GUIMARÃES, Maria Raquel/MOTA, Helena, “Portogallo”, in AAVV, *Il Diritto di Famiglia nell’ Unione Europea – formazione, vita e crisi della coppia*, Milão, Cedam, 2005, pp. 282-321.

- HENRIQUES, Sofia, *Estatuto patrimonial dos cônjuges – reflexos da atipicidade do regime de bens*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

- MORAIS, Daniel de Bettencourt Rodrigues Silva, *Autodeterminação sucessória por testamento ou por contrato?*, Cascais, Principia, 2016.

---, *Doações em vida com finalidades sucessórias*, Cascais, Principia, 2017.

---, *Direito Sucessório – apontamentos*, Lisboa, AAFDL, 2019.

- OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto, *Direito das Obrigações*, vol. I, Coimbra, Almedina, 2005.

- PAIVA, Adriano Miguel Ramos de, *A comunhão de adquiridos – das insuficiências do regime no quadro da regulação das relações patrimoniais entre os cônjuges*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008.

- PEDRO, Rute Teixeira, “Do exercício da autonomia privada na partilha do património comum do casal”, in AAVV, *Atas do Congresso Internacional Autonomia e Heteronomia no Direito da Família e no Direito das Sucessões*, coordenação de Helena Mota e Maria Raquel Guimarães, Coimbra, Almedina, 2016, pp. 347-363.

---, “Os danos não patrimoniais (ditos) indiretos: uma reflexão *ratione personae* sobre a sua ressarcibilidade”, in AAVV, *Responsabilidade civil – cinquenta anos em Portugal, quinze anos no Brasil*, coordenação de Mafalda Miranda Barbosa e Francisco Muniz, Coimbra, Instituto Jurídico – Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2017, pp. 239-269.

---, “A visão personalista da família e a afirmação de direitos individuais no seio do grupo familiar – a emergência de um novo paradigma decorrente do processo de constitucionalização do direito da família”, in AAVV, *Pessoa, direito e direitos*, coordenação de Nuno Manuel Pinto Oliveira e Benedita Mac Crorie, Braga, Direitos

Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar, Escola de Direito da Universidade do Minho, 2017, pp. 335-365.

---, *Convenções matrimoniais – a autonomia na conformação dos efeitos patrimoniais do casamento*, Coimbra, Almedina, 2018.

- PINHEIRO, Jorge Duarte, *O Direito da Família Contemporâneo*, 2.^a ed., Lisboa, AAFDL, 2009.

---, *O Direito da Família Contemporâneo*, 3.^a ed., Lisboa, AAFDL, 2010.

---, *O Direito da Família Contemporâneo*, 3.^a ed., reimpressão, Lisboa, AAFDL, 2011.

---, *O Direito da Sucessões Contemporâneo*, Lisboa, AAFDL, 2011.

---, *O Direito da Família Contemporâneo*, 5.^a ed., Coimbra, Almedina, 2016.

---, *O Direito da Sucessões Contemporâneo*, 2.^a ed., Lisboa, AAFDL, 2017.

---, *O Direito da Sucessões Contemporâneo*, 3.^a ed., Lisboa, AAFDL, 2019.

- SILVA, Eva Sónia Moreira da, *A Desvalorização (?) do Instituto do Casamento no Direito Português*, Coimbra, Gestlegal, 2019.

- XAVIER, M.^a Rita Lobo, *Recentes alterações ao regime jurídico do divórcio e das responsabilidades parentais*, Coimbra, Almedina, 2009.

---, “O impacto da retórica da igualdade de direitos das pessoas com orientação homossexual nas leis relativas à família”, in AAVV, *Atas do Congresso Internacional Autonomia e Heteronomia no Direito da Família e no Direito das Sucessões*, coordenação de Helena Mota e Maria Raquel Guimarães, Coimbra, Almedina, 2016, pp. 841-860.

2.2 Citações pela jurisprudência

- Acórdão da Relação de Coimbra, de 15.02.2005 (<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/d99446a48f0b252c80256fb0003dcc8f?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Lisboa, de 28.06.2007 (<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/4d62858e16850a8d80257392004c8100?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação do Porto, de 16.03.2010 (<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/a06fc03241472b7280257705005d528f?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Lisboa, de 1.06.2010 (<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/9e00b5b8eddf74298025777b003d0bd5?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Coimbra, de 8.11.2010 (<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/567ccd863659ea50802579500040d849?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Lisboa, de 14.04.2011 (<http://www.dgsi.pt/jtrl1.nsf/0/8da634291cbdb90280257917003a599e?OpenDocument>) consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão do STJ, de 31.05.2011 (<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b7b4ecedf82d0114802578a70037dc00?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Coimbra, de 12.07.2011 (<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/c451872b39676e6b80257910004f151b?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Lisboa, de 20.10.2011 (<http://www.dgsi.pt/jtrl1.nsf/0/17074b612c0a0bde8025798b005235da?OpenDocument>) consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Coimbra, de 25.10.2011 (<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/3f464a97593c2ac18025795000390dc7?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Lisboa, de 23.11.2011 (<http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/GuiaDivorcioRespParent/anexos/anexo23.pdf>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Lisboa, de 15.12.2011 (<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/63107cd2931c2e2a8025797500566934?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Lisboa, de 29.03.2012 (<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/b0795b576a363d7a80257a02004b306b?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação do Porto, de 18.06.2012 (<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/cae5dd9e66ac576480257a36003c5a95?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação do Porto, de 11.10.2012 (<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/c10c6cfce3870edc80257aa20036a29c?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação do Porto, de 28.11.2012 (<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/182285fd25bc131780257984003830e5?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação do Porto, de 31.01.2013 (<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/7ed9cb8e3d0ecc1080257b12004311ef?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 3.04.2013 (<http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/6cb53a470f3e880980257b5c004988f2?OpenDocument&ExpandSection=1>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 17.09.2013 (<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/ccc15114e075480a80257be9004b6d9d?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação do Porto, de 25.11.2013 (<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/b9dc69c282b23d5780257c3c00542f65?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação do Porto, de 6.02.2014 (<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/c4baea0c5b0005d380257c850051b198?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação do Porto, de 11.03.2014 (<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/85efcbb49e477eec80257cba0048988a?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação do Porto, de 16.06.2014 (<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/a3c6c90e8a17d6cc80257d03004f7fdd?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 9.07.2014 (<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/0b2f2587cb42fbd180257d16005402d4?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação do Porto, de 6.10.2014 (<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/a99304de2428232680257d72003c17ef?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Coimbra, de 7.10.2014 (<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/49544efa10ac396f80257d8100516ebb?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 18.02.2015 (<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b6da6b6989aa04b780257df0004dc1e6?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (uniformização de jurisprudência), de 2 de julho de 2015 (<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/8a3a0ca94abff8b480257ed500585c3f?OpenDocument&Highlight=0,1723>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 03.11.2015 (<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/74b218a27ae4e1f680257ef9004397ff?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Coimbra, de 10.11.2015 (<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/27ea2ac96ec204ae80257f00004cf5ca?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 06.09.2016 (<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/222e3f023641334c8025802600484b44?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação do Porto, de 11.10.2016 (<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/80fc73f741bd9e5b8025805700385606?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 02.02.2017 (<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/385bc212966b17da802580bc0058f13f?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Lisboa, de 09.03.2017 (<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/01bbf47f50e2a978802580e9005792ad?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 04.05.2017 (<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/70b16feb82d941d88025811700533247?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Guimarães, de 11.01.2018 (<http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/294940773513e4058025822d00398aec?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação do Porto, de 10.05.2018 (<http://www.dgsi.pt/JTRP.NSF/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/5bf602fc0e7f314e802582b000477490?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Lisboa, de 24.05.2018 (<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/d8fc58dd03974d2d802582bb003f6565?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 05.06.2018 (<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/96905caeabdd7690802582a4004bde75?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Guimarães, de 14.06.2018 (<http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/-/151B8F07920D97C6802582BF00315674>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Lisboa, de 12.07.2018
(<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/c60d1aa560d766be8025832e002bf7e0?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Lisboa, de 13.09.2018
(<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/cf94c1665bf7f4f680258312003b894a?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação do Porto, de 23.10.2018
(<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/f667afec8071b6f2802583670054f432?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação do Porto, de 18.12.2018
(<http://www.dgsi.pt/JTRP.NSF/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/1e7b5e064a99d466802583a5003f430a?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Guimarães, de 07.03.2019
(<http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/830d5d5fae9eaae9802583d0003014f3?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Lisboa, de 26.03.2019
(<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/710d36aa62c46804802583d1004edef0?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

- Acórdão da Relação de Lisboa, de 2.05.2019
(<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/542099217c56c0e2802583f5002a295c?OpenDocument>), consultado a 7 de julho de 2019.

2.3 Participação em reuniões científicas

- Assisti ao Colóquio Internacional “Um Código Civil para a Europa”, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, nos dias 23 e 24 de junho de 1999.

- Congresso “Direito da Família e das Sucessões”, no âmbito das Comemorações dos 35 anos do Código Civil e dos 25 anos da Reforma de 1977, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, nos dias 24 a 26 de outubro de 2002.
 - Comunicação: “Da actualização das compensações pelo pagamento de dívidas do casal”.

- I Seminário para a Juventude de Lousada – “Que sentidos para a Escola?” – organizado pela Câmara Municipal de Lousada, a 9 de julho de 2004.
 - Comunicação: “Direito das Crianças, Jovens e Família”.

- Comemorações do XV Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança, organizado pela Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.
 - Comunicação (em conjunto com a Mestre Rosa Martins, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra): “Do direito à participação”.

- Encontro “Crescer em Família”, promovido pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Vieira do Minho e pelo Projeto Sorrir da Câmara Municipal, a 3 de fevereiro de 2005.
 - Comunicação: “O papel da Família no desenvolvimento das Crianças e dos Jovens”.

- Assisti à Conferência Internacional “Convergence and Divergence of Family Law in Europe”, na Universidade de Vrije, Amesterdão, nos dias 12 e 13 de setembro de 2006.

- Colóquio “Uma análise crítica do novo regime jurídico do divórcio”, organizado pela APMJ (Associação Portuguesa de Mulheres Juristas) e pela Universidade Católica – Porto, nos dias 23 a 25 de outubro de 2008.

- Comunicação: “O crédito pela compensação do trabalho doméstico na constância do casamento”.

- Conferência relativa ao novo regime jurídico do divórcio, organizada pela ELSA-UMinho, a 10 de dezembro de 2008.

- Comunicação: “O novo regime jurídico do divórcio – Lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro”.

- Moderei o Colóquio “A Criança e o Divórcio”, organizado pela Associação Pais Para Sempre e pela Escola de Psicologia da Universidade do Minho, a 1 de junho de 2009.

- Assisti à 2.ª Conferência Internacional sobre o Abuso e Negligência de Crianças, Porto, de 12 a 14 de maio de 2011.

- II Seminário de Direito da Família e Menores, organizado pela Delegação da Ordem dos Advogados de Vila Verde e pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Vila Verde, a 20 de abril de 2012.

- Comunicação: “O quadro jurídico geral da promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em perigo”.

- Colóquio Internacional “Reflexões sobre os Direitos Humanos e o contexto social”, organizado pela Universidade Portucalense, a 14 de maio de 2012.

- Comunicação: “A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e as novas formas de família”.

- Colóquio “A Prova Difícil”, organizado pela Escola de Direito e pelo *Ius Dicere* - Instituto de Direito Judiciário, nos dias 9 e 10 de novembro de 2012.

- Comunicação: “Dificuldades de prova nas relações familiares – alguns exemplos”.

- Colóquio “Interloquções Luso-Brasileiras II”, organizado pela Escola de Direito e pelos *Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar* e *NEDAL – Núcleo de Estudos de Direito das Autarquias Locais*, nos dias 15 e 16 de novembro de 2012.

- Comunicação: “O trabalho infantil à luz da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo”.

- Assisti às "V Jornadas de Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Filosofia Social", organizado pela Associação Portuguesa de Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Filosofia Social, na Escola de Direito da Universidade do Minho, a 22 e 23 de fevereiro de 2013.

- Palestra “Apadrinhamento Civil”, com coordenação científica do *Ius Dicere - Instituto de Direito Judiciário*, na Escola de Direito da Universidade do Minho, a 10 de abril de 2013.

- Comunicação: “Apadrinhamento civil – aspetos gerais”.

- "XIV Colóquio de Sociologia", dedicado ao tema “Ser Criança – Direito(s) e Risco(s)”, organizado pela Direção do Curso de Sociologia e pelo NECSUM, no Instituto de Educação da Universidade do Minho, a 17 de abril de 2013.

- Comunicação: “A criança como sujeito de direitos e as situações de perigo do ponto de vista jurídico”.

- Tertúlia "Do armário para a agenda: que futuro para os direitos LGBTI?", organizada pelo Centro de Estudos do Curso de Relações Internacionais (CECRI), a 23 de maio de 2013.

- Comunicação: “Reflexões em torno do casamento entre pessoas do mesmo sexo, da adoção e da recente jurisprudência do TEDH nesta matéria”.

- Moderei o Colóquio “A nova mediação”, que coorganizei, a 16 de novembro de 2013, na Escola de Direito da Universidade do Minho.

- Colóquio “O novo regime do inventário”, organizado pelo *Ius Dicere – Instituto de Direito Privado*, na Escola de Direito da Universidade do Minho, a 22 de novembro de 2013.

- Comunicação: “Visão geral sobre o novo regime do inventário”.

- Moderei o Colóquio “Informação e consentimento na prestação de cuidados de saúde”, organizado pelo *Ius Dicere – Instituto de Direito Privado*, a 22 de novembro de 2013, na Escola de Direito da Universidade do Minho.

- Colóquio “A proteção jurídica da criança”, organizado pelo *Observatório Lusófono dos Direitos Humanos (OLDHUM)*, na Escola de Direito da Universidade do Minho, a 29 de novembro de 2013.

- Comunicação: “A proteção dos Direitos da Criança na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo”.

- Colóquio Internacional “Direito na Lusofonia”, organizado pela Escola de Direito da Universidade do Minho, a 20 de fevereiro de 2014.

- Comunicação: “União de facto: a posição sucessória do unido de facto em Portugal”.

- Jornadas Internacionais de Direito da Família e das Sucessões, organizadas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pelo Instituto de Direito Brasileiro, a 6 de março de 2014.

- Comunicação: “Os direitos sucessórios do unido de facto”.

- Moderei uma das mesas do III Fórum sobre Abuso Sexual de Crianças – Perspetiva Europeia, organizado pelo Centro de Estudos em Direito da União Europeia (CEDU), em parceria com a associação projeto CRIAR, na Escola de Direito da Universidade do Minho, a 21 de março de 2014.

- I Colóquio “Maus tratos infantis”, organizado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Vila Verde, a 24 de abril de 2014.

- Comunicação: “A proteção jurídica da criança vítima de maus tratos”.

- Moderei a Conferência “Da coadoção e da adoção conjunta por casais do mesmo sexo”, que organizei com o *Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar*, na Escola de Direito da Universidade do Minho, a 30 de maio de 2014.

- Congresso Nacional “Realidades e Desafios no 25.º Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança: o caso português”, organizado pelo Instituto de Educação e pela Escola de Direito da Universidade do Minho, nos dias 25 e 26 de setembro de 2014.

- Comunicação: “Reflexões em torno da adoção e coadoção por pessoas do mesmo sexo”.

- Intervenção na mesa de encerramento do Congresso Nacional “Realidades e Desafios no 25.º Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança: o caso português”, organizado pelo Instituto de Educação e pela Escola de Direito da Universidade do Minho, nos dias 25 e 26 de setembro de 2014.

- Colóquio “Evolução e ruturas no Direito da Família”, organizado pela Associação Jurídica do Porto e pelo Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, a 25 de novembro de 2014.

- Comunicação: “Do regime da responsabilidade por dívidas dos cônjuges”.

- Moderei o painel II do Colóquio “Crédito à Habitação e Crise Económico-Social – a nova diretiva da União Europeia”, organizado por docentes da Escola de Direito, a 13 de março de 2015.

- Seminário sobre “Processo Executivo”, organizado pela Universidade Lusíada – Norte/Porto, a 17 de abril de 2015.

- Comunicação: “O regime processual da responsabilidade por dívidas dos cônjuges – os arts. 740.º a 742.º do novo Código de Processo Civil”.

- Colóquio Internacional Luso-Santomense, organizado no âmbito da assinatura do protocolo entre a Escola de Direito da Universidade do Minho e o Governo de São Tomé e Príncipe, em São Tomé, a 3 de junho de 2015.

- Comunicação: “Apadrinhamento civil no direito português – uma solução possível no ordenamento jurídico santomense?”.

- Congresso Internacional “Autonomia e heteronomia no Direito da Família e no Direito das Sucessões”, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, a 2 e 3 de outubro de 2015.

- Comunicação: “A proteção sucessória da família - notas críticas em torno da sucessão legitimária”.

- Colóquio Internacional Direito na Lusofonia II (participação por sistema de gravação), organizado em Luanda, a 26 de novembro de 2015.

- Comunicação: “Apadrinhamento civil”.

- Jornadas “Questões Patrimoniais do Direito da Família”, organizadas pela Associação Jurídica do Porto e pelo Conselho Regional do Porto da Ordem dos Advogados, a 22 de abril de 2016.

- Comunicação: “A posição sucessória do unido de facto”.

- Congresso Internacional “Docencia en Derecho y Proceso”, organizado pela Escola de Direito da Universidade do Minho, com a colaboração da Unidad de Igualdad de la Universidad de Vigo e o Instituto de Justicia y Litigación de la Universidad Carlos III de Madrid, a 12 e 13 de maio de 2016.

- Comunicação: “Experiência de lecionação em Direito em cursos não jurídicos – a lecionação da UC de Direito das Crianças e Jovens ao Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias do Instituto de Educação”.

- Congresso Internacional Direito na Lusofonia III, organizado pela Escola de Direito da Universidade do Minho, a 19 e 20 de maio de 2016.

- Comunicação: “O art. 62.º da Constituição da República Portuguesa - do direito de propriedade privada e das restrições à liberdade de disposição *mortis causa*”.

- III Simpósio Luso-Brasileiro em Estudos da Criança, organizado pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, a 19 e 20 de julho de 2016.

- Comunicação: “O apadrinhamento civil – entre a adoção e a tutela”.

- Moderei a sessão temática dedicada à Constituição e relações privadas plurilocalizadas, no Congresso Internacional Direito na Lusofonia III, organizado pela Escola de Direito da Universidade do Minho, a 19 e 20 de maio de 2016.

- Moderei a sessão temática dedicada à Constituição e Propriedade, no Congresso Internacional Direito na Lusofonia III, organizado pela Escola de Direito da Universidade do Minho, a 19 e 20 de maio de 2016.

- Colóquio no âmbito das Comemorações do Cinquentenário do Código Civil, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, a 24 e 25 de novembro de 2016.

- Intervenção a apresentar: “O estatuto sucessório do cônjuge sobrevivente e do unido de facto”.

- Jornadas Internacionais no âmbito da Comemoração dos 50 anos do Código Civil Português - Novos Desafios ao Direito Civil, organizado por alguns docentes do Departamento de Ciências Jurídico-Privatísticas da Escola de Direito da Universidade do Minho, a 29 e 30 de setembro de 2016.

- Comunicação: “O estatuto sucessório do cônjuge e do unido de facto sobrevivente”.

- Moderei o painel I, dedicado aos Novos Desafios à Parte Geral do Código Civil (1.ª parte), nas Jornadas Internacionais no âmbito da Comemoração dos 50 anos do Código Civil Português - Novos Desafios ao Direito Civil, organizado por alguns

docentes do Departamento de Ciências Jurídico-Privatísticas da Escola de Direito da Universidade do Minho, a 29 e 30 de setembro de 2016.

- Encontro Internacional das Academias de Braga e Santiago de Compostela, organizado pela Escola de Direito da Universidade do Minho, com docentes desta Escola e da Faculdade de Direito da Universidade de Santiago de Compostela, a 21 de outubro de 2016.

- Comunicação: “O Direito Sucessório e as novas formas de família: o estatuto sucessório do unido de facto”.

- Congresso Internacional Comemoração dos 50 anos do Código Civil Português, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, a 24 e 25 de novembro de 2016.

- Comunicação: “Estatuto sucessório do cônjuge sobrevivente – algumas notas críticas”.

- Congresso Internacional “7th World Congress on Family Law and Children’s Rights”, em Dublin, de 4 a 7 de junho de 2017.

- Comunicação: “*De facto* relationships as a new family form in the jurisprudence of the European Court of Human Rights”.

- Colóquio Internacional “Tecer a Prevenção: a criança na primeira linha”, organizado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos e Centro de Investigação em Estudos da Criança (IE – Universidade do Minho), a 21 de julho de 2017.

- Comunicação: “Prevenção do Risco: Perspetivas Jurídicas”.

- Coordenei o Grupo de Trabalho dedicado ao Direito da Família e das Sucessões, no VII Encontro Internacional do CONPEDI, na Universidade do Minho, a 7 e 8 de setembro de 2017.

- Moderei o 2.º painel, dedicado às questões de Género, Trabalho e Família, no Congresso Internacional “Igualdade de Género: novos e velhos desafios”, organizado

pelo Centro Interdisciplinar de Investigação em Direitos Humanos (CIIDH), da Escola de Direito da Universidade do Minho, a 6 de outubro de 2017.

- Colóquio “O Direito da Família em debate”, organizado pela Delegação de Santo Tirso da Ordem dos Advogados, a 24 de novembro de 2017.

- Comunicação: “Responsabilidade por dívidas entre cônjuges”.

- Colóquio “Da alteração da estrutura sociofamiliar: alguns reflexos”, no âmbito das Comemorações do Dia da Escola de Direito, organizado pela presidência da Escola de Direito da Universidade do Minho, a 15 de dezembro de 2017.

- Comunicação: “Dos efeitos patrimoniais do divórcio”.

- Moderei um dos painéis do Colóquio “Da alteração da estrutura sociofamiliar: alguns reflexos”, no âmbito das Comemorações do Dia da Escola de Direito, organizado pela presidência da Escola de Direito da Universidade do Minho, a 15 de dezembro de 2017.

- 5.º Congresso Internacional Direito na Lusofonia, organizado pela Escola de Direito da Universidade do Minho, de 22 a 24 de março de 2018.

- Comunicação: “Da celebração e dissolução do casamento *online* – algumas reflexões”.

- Moderei a sessão temática dedicada à Constituição e Mudanças Sociais, no 5.º Congresso Internacional Direito na Lusofonia, organizado pela Escola de Direito da Universidade do Minho, de 22 a 24 de março de 2018.

- II Congresso Internacional “Diálogos Jurídicos/Xurídicos”, organizado pela Escola de Direito da Universidade do Minho e pela Faculdade de Dereito de Santiago de Compostela, em Santiago de Compostela, a 12 de abril de 2018.

- Comunicação: “Reflexos de atos ilícitos imputáveis a um dos cônjuges nas relações familiares: a qualificação da dívida”.

- Future Law - I Congresso Internacional sobre o Futuro do Direito, organizado pela Universidade Católica Portuguesa, a 7 e 8 de junho de 2018.

- Comunicação: “Da sucessão legítima e da proibição dos pactos sucessórios – a necessária flexibilização”.

- V Congresso Iberoamericano de Direito da Família e das Pessoas, organizado pela ADFAS e pela Academia Iberoamericana de Derecho de la Familia e de las Personas, São Paulo, de 29 a 31 de agosto de 2018.

- Comunicação: “O divórcio e o novo estatuto jurídico dos animais, introduzido pela Lei n.º 8/2017, de 3 de março – quem fica com o animal de companhia?”.

- Seminário Internacional sobre Derecho Y Psicología del Menor y la Familia: Problemática Actual, organizado pelas Áreas de Derecho Civil y Derecho Procesal da Universidade de Vigo, a 8 e 9 de novembro de 2018.

- Comunicação: “Custodia compartilhada em Portugal – Exercício conjunto das responsabilidades parentais em casos de divórcio ou rutura da união de facto e a residência alternada”.

- I Conferência Internacional de Direito e Bioética, organizado pelo JusGov – Centro de Investigação em Justiça e Governação, na Escola de Direito da Universidade do Minho, a 23 de novembro de 2018.

- Comunicação: “Aspetos sucessórios da procriação medicamente assistida – algumas reflexões”.

- Moderei um dos painéis (I) do Seminário A Lei Tutelar Educativa e os desafios da Justiça Juvenil no século XXI, organizado pela Escola de Direito da Universidade do Minho e pelo JusGov, a 22 de fevereiro de 2019.

- Colóquio Família, Património e Autonomia Privada, organizado pelo Conselho Regional do Porto da Ordem dos Advogados, a 8 de março de 2019.

- Comunicação: “O divórcio e o destino dos animais de companhia”.

- Jornadas Argentino-Luso-Brasileiras sobre Daños y Violencia, organizadas pela Associação de Direito da Família e das Sucessões (ADFAS), a Universidad de Buenos Aires (UBA), a Universidad Católica Argentina (UCA), a Universidad del Salvador e a Asociación Argentina de Derecho Comparado (AADC), a 25 e 26 de abril de 2019.

- Comunicação: “Violencia en las relaciones entre los cónyuges: responsabilidad y divorcio”.

- Moderei a mesa II, dedicada ao tema “A Psicologia judiciária no futuro dos tribunais”, do VII Colóquio Luso-Brasileiro - O futuro da justiça, realizado na Escola de Direito, a 8 de maio de 2019.

- Congresso sobre a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, organizado pelas Universidade Católica Portuguesa – Porto, Universidade Católica Portuguesa – Lisboa e Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com coordenação científica de Paulo Pinto de Albuquerque, realizado a 4, 5 e 6 de junho de 2019.

- Comunicação: “O direito ao casamento na Convenção Europeia dos Direitos Humanos – uma análise do artigo 12.º da CEDH”.

- I Jornadas JusLab, organizado pelo JusLab (grupo de investigação do JusGov) e pela Escola de Direito da Universidade do Minho, realizadas a 8 e 9 de novembro de 2019.

- Comunicação: “Admissibilidade da sucessão contratual como novo desafio ao direito sucessório”.

- Seminário Internacional sobre Problemas Actuales del Derecho de Familia, organizado pelo Programa de Doutoramento en Xestión e Resolución de Conflictos. Menores, Familia e Xustiza Terapéutica, Universidade de Vigo, a 21 e 22 de novembro de 2019.

- Comunicação: “Custodia compartida en Portugal – Exercício conjunto das responsabilidades parentais em casos de divórcio ou rutura da união de facto e a residência alternada”.

- Colóquio Internacional “Gestão do património familiar. Aspetos jurídicos internos e internacionais”, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, a 22 de novembro de 2019.

- Comunicação: “Responsabilidade por dívidas e compensações entre patrimónios”.

- Jornadas Internacionais “Igualdade e Responsabilidade nas relações familiares”, organizado pela Escola de Direito, em colaboração com a ADFAS – Associação de Direito da Família e das Sucessões, a 5 e 6 de dezembro de 2019.

- Comunicação: “Pactos sucessórios – a solução do legislador português pela Lei n.º 48/2018, de 14 de agosto”.

2.4 Participação em cursos breves, sessões de estudo e outros

- Sessão de estudo dedicada à apresentação do tema estudado e apresentado na tese de Mestrado, defendida em Coimbra a 5 de julho de 2002, organizada pelo Núcleo de Estudos de Direito, em 2002.

- Participei, como moderadora, no debate sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez, organizado pela AEDUM, a 14 de novembro de 2002.

- Conferência organizada pela Universidade Internacional da Figueira da Foz, no âmbito dos programas de estágio, sobre a atualização das compensações pelo pagamento de dívidas do casal.

- Participei, como relatora, na 2.ª Bienal de Jurisprudência, organizada pelo Centro de Direito da Família da Universidade de Coimbra, em colaboração com a Ordem dos Advogados e o CEJ, nos dias 21 e 22 de outubro de 2004.

- Participei, como relatora, na 3.ª Bienal de Jurisprudência, organizada pelo Centro de Direito da Família da Universidade de Coimbra, em colaboração com a Ordem dos Advogados e o CEJ, nos dias 12 e 13 de outubro de 2006.

- Sessão de estudo sobre o novo regime jurídico do divórcio, organizada pela Associação Jurídica de Braga, a 11 de novembro de 2008.
- Sessão de estudo sobre o novo regime jurídico do divórcio, organizada pela Delegação da Ordem dos Advogados de Lousada, a 19 de novembro de 2008.
- Sessão de estudo sobre o novo regime jurídico do divórcio, organizada pela Delegação da Ordem dos Advogados de Famalicão, a 26 de novembro de 2008.
- Conferência/tertúlia, e lançamento de livro, relativa ao novo regime jurídico do divórcio, organizada pelo Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados e pela Livraria Almedina, no âmbito das 5.ªs feiras de Direito da Almedina, a 4 de dezembro de 2008.
- Sessão de estudo sobre o novo regime jurídico do divórcio, organizada pela Delegação da Ordem dos Advogados de Santo Tirso, a 18 de dezembro de 2008.
- Sessão de estudo sobre o novo regime jurídico do divórcio, organizada pela Delegação da Ordem dos Advogados de Viseu, a 16 de janeiro de 2009.
- Sessão de estudo sobre o novo regime jurídico do divórcio, organizada pela Delegação da Ordem dos Advogados de Aveiro, a 30 de janeiro de 2009.
- Sessão de estudo sobre o novo regime jurídico do divórcio, organizada pela Delegação da Ordem dos Advogados de Fafe, a 6 de fevereiro de 2009.
- Sessão de estudo sobre o novo regime jurídico do divórcio, organizada pela Delegação da Ordem dos Advogados de Leiria, em colaboração com o Instituto Superior de Leiria, a 13 de fevereiro de 2009.

- Sessão de estudo sobre o novo regime jurídico do divórcio, organizada pela Associação Jurídica de Gaia, a 5 de março de 2009.
- Sessão de estudo sobre o novo regime jurídico do divórcio, organizada pela Delegação da Ordem dos Advogados da Guarda, a 13 de março de 2009.
- Sessão de estudo sobre o novo regime jurídico do divórcio, organizada pela Delegação da Ordem dos Advogados de Chaves, a 20 de março de 2009.
- Sessão de estudo sobre o novo regime jurídico do divórcio, organizada pela Delegação da Ordem dos Advogados da Covilhã, a 27 de março de 2009.
- Sessão de estudo sobre o novo regime jurídico do divórcio, organizada pela Delegação da Ordem dos Advogados de Abrantes, a 24 de abril de 2009.
- Sessão de estudo sobre o novo regime jurídico do divórcio, organizada pela Delegação da Ordem dos Advogados de Castelo Branco, a 8 de maio de 2009.
- Sessão de estudo sobre o novo regime jurídico do divórcio, organizada pela Delegação da Ordem dos Advogados de Setúbal, a 15 de maio de 2009.
- Sessão de estudo sobre o novo regime jurídico do divórcio, organizada pela Delegação da Ordem dos Advogados de Gondomar, a 3 de dezembro de 2009.
- Colaborei no Curso de Formação Avançada *Justiça das Famílias, das Crianças e dos Jovens*, organizado pelo CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Unidade de Formação Jurídica e Judiciária (UNIFOJ), em Lisboa, a 4 de maio de 2013, tendo proferido uma aula sobre “Casamento e divórcio – em particular, o regime jurídico decorrente da Lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro”.

- Colaborei no Curso de Mediação de Conflitos com especialização em Mediação Familiar, organizado pela *Lato Sensu*, nos meses de junho e julho de 2014, sendo responsável pelos módulos relativos ao Direito da Família e ao Divórcio.
- No âmbito do Programa AlmedinaMais, organizado pela Almedina, em Lisboa, a 16 de outubro de 2015, participei em formação dedicada aos temas da “Alteração do estatuto patrimonial dos cônjuges e a responsabilidade por dívidas” e “Efeitos patrimoniais do divórcio”.
- Participei, como moderadora, no colóquio/aula aberta sobre Direito da Família, que organizei, na Escola de Direito da Universidade do Minho, com a participação da Prof.^a Doutora Regina Beatriz Tavares da Silva, da ADFAS, Brasil, a 12 de outubro de 2016.
- Sessão de estudo sobre o exercício conjunto das responsabilidades parentais organizada pela Delegação da Ordem dos Advogados de Paços de Ferreira, a 30 de junho de 2017.
- Participei, como oradora, na conferência subordinada ao tema “Gestação de Substituição”, organizada pela Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Minho, no âmbito da Semana de Direito, a 24 de outubro de 2017.
- Participei, como oradora, na XXVI Semana de Psicologia e de Ciências da Educação, com uma intervenção intitulada "*Da proteção (jurídica) da criança ou jovem em perigo - uma abordagem geral da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*", organizada pela Associação de Estudantes de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, a 15 de novembro de 2018.
- No âmbito do Projeto Europeu CLASS4EU, participei em formação dedicada ao tema relativo ao “Recognition and enforcement of decisions in parental responsibilities matters”, na sessão realizada na Escola de Direito da Universidade do Minho, a 26 e 27 de novembro de 2018.

- Participei, como oradora, no Encontro Comemorativo dos 25 anos da criação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Comarca de Matosinhos, subordinado ao tema *Intervenção na área da promoção e proteção de crianças e jovens - aprendizagens do passado e desafios para o futuro*, com uma intervenção intitulada *"Das mais recentes alterações à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – algumas notas"*, organizada pela CPCJ de Matosinhos, a 20 de dezembro de 2018.
- Participei, como docente, no curso de preparação para o acesso ao CEJ, organizado pelo CEJUR – Centro de Estudos Jurídicos do Minho, no módulo relativo ao Direito Civil – Direito da Família e Sucessões, a 12 de dezembro de 2018, e no módulo relativo ao Direito da Família e das Crianças, a 2 de maio de 2019 .
- No âmbito do Programa AlmedinaMais, organizado pela Almedina, em Lisboa, a 7 de março de 2019, participei em formação dedicada ao regime jurídico do maior acompanhado.
- Participei, como oradora, na sessão de estudo sobre o regime jurídico do maior acompanhado, organizada pela Delegação da Ordem dos Advogados de Lousada, a 28 de março de 2019.
- Participei, como *discussant* da comunicação da Prof.^a Doutora Anabela Leão, dedicada ao tema “Multiculturalismo e Direito Constitucional”, no 2.º Workshop, realizado no âmbito do projeto de investigação *InclusiveCourts* - Igualdade e diferença cultural na prática judicial portuguesa: Desafios e oportunidades na edificação de uma sociedade inclusiva – coordenado pelas Professoras Doutoras Patrícia Jerónimo Vink e Manuela Ivone Cunha, aprovado e apoiado pela FCT, a 16 de julho de 2019.
- Participarei no 3.º Workshop a realizar, em setembro de 2019, no âmbito do projeto de investigação *InclusiveCourts* - Igualdade e diferença cultural na prática judicial portuguesa: Desafios e oportunidades na edificação de uma sociedade inclusiva – coordenado pelas Professoras Doutoras Patrícia Jerónimo Vink e Manuela Ivone Cunha, aprovado e apoiado pela FCT, tendo agendada apresentação, em colaboração com a Prof.^a Doutora Rossana M. Cruz, de um *paper* intitulado “Algumas notas em

torno do casamento no ordenamento jurídico português – diversidade religiosa, igualdade, diversidade cultural e étnica e a idade núbil”.

- Participei, como oradora, na ação de formação contínua do Centro de Estudos Judiciários, dedicada ao Casamento e União de Facto (questões da jurisdição civil), a 12 de dezembro de 2019, com uma intervenção dedicada ao tema “Responsabilidade civil entre cônjuges”.

2.5 Prémios recebidos

- Prémio Doutor João Antunes Varela, instituído pela Fundação Eng. António de Almeida e atribuído pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

3 Coordenação e participação em projetos científicos e de criação cultural

- Coorganizei o *workshop* sobre prova no Direito da Família e Menores, em colaboração e com coordenação do *Ius Dicere - Instituto de Direito Judiciário*, na Escola de Direito da Universidade do Minho, a 25 de maio de 2012.

- Organizei a palestra sobre “Apadrinhamento Civil”, com a colaboração da AEDUM e com coordenação científica do *Ius Dicere - Instituto de Direito Judiciário*, na Escola de Direito da Universidade do Minho, a 10 de abril de 2013.

- Coorganizei e integrei a Comissão Científica do Colóquio sobre mediação “A (nova?) mediação”, em colaboração com o Instituto de Direito Judiciário – *Ius Dicere* e o Mestrado em Direitos Humanos da Escola de Direito, a 16 de novembro de 2013.

- Coordenei a organização da Conferência “Da coadoção e da adoção por pessoas do mesmo sexo”, organizada pelo *Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar*, a 30 de maio de 2014.

- Organizei o Curso Breve de Direito das Crianças e Jovens, pelo *Ius Dicere* – Instituto de Direito Judiciário, a 6 e 13 de junho de 2014, na Escola de Direito da Universidade do Minho.
- Integrei a comissão organizadora do Congresso Nacional “Realidades e Desafios no 25.º Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança: o caso português”, nos dias 25 e 26 de setembro de 2014, a cargo do Instituto de Educação e da Escola de Direito da Universidade do Minho.
- Coorganizei o Curso Breve sobre as Alterações à Lei Tutelar Educativa, pelo *CEJUR*, a 4 e 11 de março de 2016, na Escola de Direito da Universidade do Minho.
- Coorganizei o Colóquio Novos Desafios do Cibernundo – a Proteção de Crianças e Jovens, a 29 de abril de 2016, na Escola de Direito da Universidade do Minho, no âmbito de atividades desenvolvidas pelo Mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões e pelo Mestrado em Direito e Informática, ambos da Escola de Direito da Universidade do Minho.
- Organizei o colóquio/aula aberta sobre Direito da Família, a 12 de outubro de 2016, na Escola de Direito da Universidade do Minho, com a participação da Prof.^a Doutora Regina Beatriz Tavares da Silva, da ADFAS, Brasil.
- Integrei a comissão científica do Encontro Internacional das Academias de Braga e Santiago de Compostela, organizado pela Escola de Direito da Universidade do Minho, com docentes desta Escola e da Faculdade de Direito da Universidade de Santiago de Compostela, a 21 de outubro de 2016.
- Assumi a organização científica do Colóquio “Da alteração da estrutura sociofamiliar: alguns reflexos”, no âmbito das Comemorações do Dia da Escola de Direito, organizado pela presidência da Escola de Direito da Universidade do Minho, a 15 de dezembro de 2017.

- Coorganizei, com a Doutora Rossana Martingo Cruz, a aula aberta sobre Institutos Alternativos ao Testamento, a 4 de maio de 2018, na Escola de Direito da Universidade do Minho, no âmbito do JusGov – Centro de Investigação em Justiça e Governação, com a participação do Prof. Doutor Daniel Morais.
- Coorganizei, com a Doutora Rossana Martingo Cruz, a mesa redonda sobre o Regime jurídico do maior acompanhado – perspetiva luso-brasileira, a 17 de outubro de 2018, na Escola de Direito da Universidade do Minho, com a participação da Prof.^a Doutora Regina Beatriz Tavares da Silva, da ADFAS, Brasil.
- Coorganizei, com a Doutora Rossana Martingo Cruz, o Colóquio “Processo de inventário: a partilha na prática e desafios para o futuro”, a 14 de dezembro de 2018, na Escola de Direito da Universidade do Minho.
- Integrei a coordenação científica, com a Prof.^a Doutora Margarida Santos e o Dr. Rui do Carmo, do Seminário A Lei Tutelar Educativa e os desafios da Justiça Juvenil no século XXI, organizado pela Escola de Direito da Universidade do Minho e pelo JusGov, a 22 de fevereiro de 2019.
- Integrei a comissão organizadora das Jornadas Comemorativas dos 25 anos da Escola de Direito, a 15 de março de 2019.
- Integrei a comissão organizadora e a comissão científica das Jornadas Internacionais “Igualdade e Responsabilidade nas relações familiares”, realizadas na Escola de Direito, em colaboração com a ADFAS – Associação de Direito da Família e das Sucessões, a 5 e 6 de dezembro de 2019.

4 Coordenação, liderança e dinamização de atividades de investigação

- Fui membro do Centro de Estudos de Direito (CED), unidade orgânica da Universidade do Minho que agregava todos os investigadores da área das Ciências Jurídicas naquela instituição, até à sua extinção.

- Fui membro integrado do Centro de Investigação *Direitos Humanos - Centro de Investigação Interdisciplinar*, subunidade orgânica da Escola de Direito da Universidade do Minho, desde que obtive o grau de doutor, em 2008.
- Integrei a equipa de investigadores do *Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar* no âmbito do Programa Plurianual de 2009 e 2010, financiado pela FCT, e no âmbito do Projeto Estratégico 2011-2012 também financiado pela FCT.
- Integrei a equipa de investigadores do *Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar* no âmbito do Projeto Estratégico financiado pela FCT, como membro integrado com uma percentagem de 30%, nos anos de 2013 e 2014.
- Integrei a equipa de investigadores do *Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar*, no âmbito do financiamento de unidades ID, no triénio 2015-2017.
- Sou membro integrado do Centro de Investigação em Justiça e Governação (*JusGov*), subunidade orgânica da Escola de Direito da Universidade do Minho, desde a sua criação em 2018.
- Membro do Conselho Consultivo da revista *Scientia Iuridica*, desde janeiro de 2012.
- Colaboradora permanente da *Lex Familiae - Revista Portuguesa de Direito da Família*, editada pelo Centro de Direito da Família.
- Membro do Conselho de Redação dos *Cadernos de Direito Privado*, desde janeiro de 2013.
- Membro da Comissão Científica da Revista *Indagare – Revista Jurídica da ELSA – UMINHO*, desde dezembro de 2014.

- Membro da Comissão Científica da 16.^a edição da Revista *FIDES* – Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade, colaborando na avaliação dos artigos submetidos para publicação.
- Membro da Comissão Científica da 17.^a edição da Revista *FIDES* – Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade, colaborando na avaliação dos artigos submetidos para publicação.
- Membro do projeto europeu *CLASS4EU*, aprovado pela Comissão Europeia em 2017, e destinado a formação de advogados e agentes de serviços sociais na área da regulamentação internacional e europeia do Direito da Família.
- Integro a equipa multidisciplinar do projeto de investigação submetido e aprovado pela FCT do Laboratório Colaborativo *CoLab ProChild*, da iniciativa da Professora Doutora Isabel Soares, da Escola de Psicologia da Universidade do Minho.
- No âmbito do Laboratório Colaborativo *CoLab ProChild*, integrei o grupo de trabalho de preparação de candidatura relativa a “Call for proposals on capacity-building in the area of rights of the child and child-friendly justice (REC-RCHI-PROF-AG-2019)”, coordenada pela Prof.^a Doutora Marlene Matos, da Escola de Psicologia da Universidade do Minho.
- No âmbito do Laboratório Colaborativo *CoLab ProChild*, integrei o grupo de trabalho de preparação de candidatura ao aviso POISE-36-2019-36, destinada a formação de agentes qualificados/as que atuem no domínio da violência doméstica e/ou da prevenção da (re)vitimização desta, coordenada pela Prof.^a Doutora Margarida Santos, da Escola de Direito da Universidade do Minho, e pela Prof.^a Doutora Marlene Matos, da Escola de Psicologia da Universidade do Minho.
- Integro a equipa multidisciplinar do projeto de investigação *InclusiveCourts* - Igualdade e diferença cultural na prática judicial portuguesa: Desafios e oportunidades na edificação de uma sociedade inclusiva – coordenado pelas Professoras Doutoradas Patrícia Jerónimo Vink e Manuela Ivone Cunha, aprovado e apoiado pela FCT.

II. CAPACIDADE PEDAGÓGICA

1. Atividades letivas em instituições do ensino superior

1.1 Atividades letivas na Universidade do Minho

- No ano letivo de 1998/1999 lecionei as seguintes unidades curriculares:

- Direito da Família e Sucessões, aulas teórico-práticas ao 3.º ano do curso de licenciatura em Direito;

- Introdução ao Direito, aulas teóricas e teórico-práticas ao 1.º ano do curso de Gestão de Empresas.

- Nos anos letivos de 1999/2000, 2000/2001, 2001/2002 e 2002/2003 lecionei as seguintes unidades curriculares:

- Direito da Família e Sucessões, aulas teórico-práticas ao 3.º ano do curso de licenciatura em Direito.

- No ano letivo de 2003/2004 lecionei as seguintes unidades curriculares:

- Direitos Reais, aulas teórico-práticas ao 3.º ano do curso de licenciatura em Direito

- Introdução ao Direito, aulas teóricas e teórico-práticas ao 1.º ano do curso de Economia.

A UC de Direito da Família e Sucessões não foi, neste ano letivo, lecionada, em virtude de reestruturação do plano de estudos da licenciatura em Direito para adaptação ao “Processo de Bolonha”.

- Nos anos letivos de 2004/2005, 2005/2006 e 2006/2007 obtive dispensa de serviço docente para preparação da tese de doutoramento (que entreguei em outubro de 2007)

- No ano letivo de 2007/2008 coordenei e lecionei as seguintes unidades curriculares:

- Direito da Família e Sucessões, aulas teóricas e teórico-práticas ao 4.º ano do curso de licenciatura em Direito;

- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, do Instituto de Educação da Universidade do Minho;

- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Direito Judiciário da Escola de Direito.

- No ano letivo de 2008/2009 coordenei e lecionei as seguintes unidades curriculares:

- Direito da Família e Sucessões, aulas teóricas e teórico-práticas ao 4.º ano do curso de licenciatura em Direito;

- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, do Instituto de Educação da Universidade do Minho;

- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Direito Judiciário da Escola de Direito.

- **No ano letivo de 2009/2010 coordenei e lecionei as seguintes unidades curriculares:**

- Direito da Família e Sucessões, aulas teóricas e teórico-práticas ao 4.º ano do curso de licenciatura em Direito;

- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, do Instituto de Educação da Universidade do Minho;

- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Direito Judiciário da Escola de Direito.

- **No ano letivo de 2010/2011 coordenei e lecionei as seguintes unidades curriculares:**

- Direito da Família e Sucessões, aulas teóricas e teórico-práticas ao 4.º ano do curso de licenciatura em Direito;

- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, do Instituto de Educação da Universidade do Minho;

- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Direito Judiciário da Escola de Direito.

- **No ano letivo de 2011/2012 coordenei e lecionei as seguintes unidades curriculares:**

- Direito da Família e Sucessões, aulas teóricas e teórico-práticas ao 4.º ano do curso de licenciatura em Direito;

- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, do Instituto de Educação da Universidade do Minho;

- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Direito Judiciário da Escola de Direito.

- **No ano letivo de 2012/2013 coordenei e lecionei as seguintes unidades curriculares:**

- Direito da Família e Sucessões, aulas teóricas e teórico-práticas ao 4.º ano do curso de licenciatura em Direito;

- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, do Instituto de Educação da Universidade do Minho;

- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Direito Judiciário da Escola de Direito.

- **No ano letivo de 2013/2014 coordenei e lecionei as seguintes unidades curriculares:**

- Direito da Família e Sucessões, aulas teóricas e teórico-práticas ao 4.º ano do curso de licenciatura em Direito, diurno e pós-laboral;

- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, do Instituto de Educação da Universidade do Minho;

- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Direito Judiciário da Escola de Direito;
- Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito;
- Direito Patrimonial da Família I, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito;
- Direito das Sucessões, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito;
- Coordenei, sem lecionação, a unidade curricular Direito Patrimonial da Família II, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito.

- **No ano letivo de 2014/2015 coordenei e lecionei as seguintes unidades curriculares:**

- Direito da Família e Sucessões, aulas teóricas ao 4.º ano do curso de licenciatura em Direito, diurno e pós-laboral;
- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, do Instituto de Educação da Universidade do Minho;
- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Direito Judiciário da Escola de Direito;
- Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito;

- Direito Patrimonial da Família I, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito;
- Direito das Sucessões, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito;
- Coordenei, sem lecionação, a unidade curricular Lei Tutelar Educativa, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito.

- No ano letivo de 2015/2016 coordenei e lecionei as seguintes unidades curriculares:

- Direito da Família e Sucessões, aulas teóricas ao 4.º ano do curso de licenciatura em Direito, diurno e pós-laboral;
- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, do Instituto de Educação da Universidade do Minho;
- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Direito Judiciário da Escola de Direito;
- Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito;
- Direito Patrimonial da Família I, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito;
- Direito das Sucessões, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito.

- **No ano letivo de 2016/2017 coordenei e lecionei as seguintes unidades curriculares:**

- Direito da Família e Sucessões, aulas teóricas ao 4.º ano do curso de licenciatura em Direito, diurno e pós-laboral;
- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, do Instituto de Educação da Universidade do Minho;
- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Direito Judiciário da Escola de Direito;
- Direito das Sucessões, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito.
- Coordenei, sem lecionação, a unidade curricular Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito.

- **No ano letivo de 2017/2018 coordenei e lecionei as seguintes unidades curriculares:**

- Direito da Família e Sucessões, aulas teóricas ao 4.º ano do curso de licenciatura em Direito, diurno e pós-laboral;
- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Famílias, do Instituto de Educação da Universidade do Minho;
- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Direito Judiciário da Escola de Direito;

- Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito;

- Direito Patrimonial da Família I, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito;

- Direito das Sucessões, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito.

- **No ano letivo de 2018/2019 coordenei e lecionei as seguintes unidades curriculares:**

- Direito da Família e Sucessões, aulas teóricas ao 4.º ano do curso de licenciatura em Direito, diurno e pós-laboral;

- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Famílias, do Instituto de Educação da Universidade do Minho;

- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Direito Judiciário da Escola de Direito;

- Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito;

- Direito das Sucessões, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito.

- Lecionei, sem coordenação, a unidade curricular Direito Patrimonial da Família I, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito.

- **No ano letivo de 2019/2020 coordeno e leciono as seguintes unidades curriculares:**

- Direito da Família e Sucessões, aulas teóricas ao 4.º ano do curso de licenciatura em Direito, diurno e pós-laboral;

- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Famílias, do Instituto de Educação da Universidade do Minho;

- Direito das Crianças e Jovens, no curso de mestrado em Direito Judiciário da Escola de Direito;

- Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito;

- Direito das Sucessões, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito.

- Leciono, sem coordenação, a unidade curricular Direito Patrimonial da Família I, no curso de mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito.

- **Colaborações pontuais nos cursos de pós-graduação/mestrado da Escola de Direito**

- Nos anos letivos de 2006/2007 e 2007/2008 colaborei no Curso de Formação Especializada em Direito das Crianças e Jovens da Escola de Direito da Universidade do Minho, na sessão subordinada ao tema “Da promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo e das medidas de promoção e proteção”.

- Nos anos letivos de 2008/2009 a 2012/2013 colaborei no mestrado em Direito do Contratos e Empresa, na unidade curricular de Responsabilidade Civil, tendo proferido lições sobre “A responsabilidade civil dos cônjuges entre si: o novo regime do art. 1792.º do Código Civil e a manutenção da irresponsabilidade ao nível dos efeitos patrimoniais do casamento”.
- No ano letivo 2009/2010 colaborei no mestrado em Direito dos Contratos e Empresa, na unidade curricular de Direito Privado Europeu, tendo proferido uma lição sobre “A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem sobre a constituição da família: as novas formas de família e de casamento (?)”.
- No ano letivo de 2010/2011 colaborei no mestrado em Direito Tributário e Fiscal, na unidade curricular Empresa Societária, tendo proferido uma lição sobre “Cessão de quotas entre cônjuges”.
- No ano letivo de 2013/2014 colaborei no mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões, na unidade curricular Da Infância e dos Direitos, tendo proferido uma lição sobre “A promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens em perigo – quadro jurídico geral”.
- No ano letivo de 2014/2015 colaborei no mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões, na unidade curricular A Proteção da Criança e os Processos Tutelares Cíveis, tendo proferido uma lição sobre “A regulação do exercício das responsabilidades parentais. Inibição e limitações ao exercício das responsabilidades parentais”.
- No ano letivo de 2015/2016 colaborei no mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões, na unidade curricular A Proteção da Criança e os Processos Tutelares Cíveis, tendo proferido uma lição sobre “A regulação do exercício das responsabilidades parentais. Inibição e limitações ao exercício das responsabilidades parentais”.

- No ano letivo de 2017/2018 colaborei no mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões, na unidade curricular A Proteção da Criança e os Processos Tutelares Cíveis, tendo proferido uma lição sobre “A regulação do exercício das responsabilidades parentais. Inibição e limitações ao exercício das responsabilidades parentais”.

- No ano letivo de 2018/2019 colaborei no mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões, na unidade curricular A Proteção da Criança e os Processos Tutelares Cíveis, tendo proferido uma lição sobre “A regulação do exercício das responsabilidades parentais. Inibição e limitações ao exercício das responsabilidades parentais”.

- No ano letivo de 2019/2020 colaborei no mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões, na unidade curricular A Proteção da Criança e os Processos Tutelares Cíveis, tendo proferido uma lição sobre “A regulação do exercício das responsabilidades parentais. Inibição e limitações ao exercício das responsabilidades parentais”.

- Colaborações pontuais em UC de licenciatura da Escola de Direito

- Nos anos letivos de 2008/2009 e 2009/2010 colaborei na unidade curricular de Direito Comparado, do 1.º ano do curso de licenciatura em Direito, tendo proferido uma lição sobre “Análise comparada do regime jurídico do divórcio antes e depois da Lei n.º 61/2008, de 31 de outubro”.

- Nos anos letivos de 2018/2019 e de 2019/2020, colaborei na unidade curricular de Direito da Família e Menores, do 1.º ano do curso de licenciatura em Criminologia e Justiça Criminal, tendo proferido uma lição sobre a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

1.2 Colaboração com outras instituições de ensino superior universitário

a) Colaboração permanente

• **Universidade Lusíada do Porto**

- No ano letivo 2008/2009 lecionei as seguintes unidades curriculares:

a) Direito da Família, ao 2.º ano, diurno, do curso de licenciatura em Direito;

b) Direito das Sucessões, ao 3.º ano, pós-laboral, do curso de licenciatura em Direito.

- No ano letivo 2009/2010 lecionei a unidade curricular de Direito da Família, ao 2.º ano, diurno, do curso de licenciatura em Direito.

b) Colaboração pontual em cursos de pós-graduação e mestrado

• **ISCTE**

- A 1 de abril de 2006, colaborei no Curso de Pós-Graduação do ISCTE, em Lisboa, a convite do Centro de Direito da Família de Coimbra, na sessão subordinada ao tema dos efeitos patrimoniais e sucessórios do casamento e da união de facto;

- A 24 de março de 2007, colaborei no Curso de Pós-Graduação do ISCTE, em Coimbra, a convite do Centro de Direito da Família de Coimbra, na sessão subordinada ao divórcio e respetivos efeitos.

• **Escola de Direito da Universidade Católica do Porto**

- No ano letivo 2009/2010 lecionei o módulo relativo à partilha de bens e liquidação de dívidas, no I Curso Interdisciplinar de Pós-Graduação em violência contra as mulheres no seio da Família.

- **Escola de Direito da Universidade Católica de Lisboa**

- No ano letivo 2018/2019 lecionei o módulo relativo à regulamentação do exercício das responsabilidades parentais nos cenários de crise familiar (I). Quadro sistemático, no Curso de Pós-Graduação sobre Direito das Crianças - Perspetiva interdisciplinar.

- **Universidade Gregório Semedo - Angola**

- No ano letivo 2009/2010 lecionei a unidade curricular de Direito das Crianças e Jovens, do Mestrado em Direito Judiciário.

- **Universidade Piaget - Angola**

- No ano letivo de 2012/2013 lecionei a unidade curricular de Direito das Crianças e Jovens, do Mestrado em Direito.

- No ano letivo de 2014/2015 lecionei a unidade curricular de Direito das Crianças e Jovens, do Mestrado em Direito.

1.3 Outras colaborações

- **Universidade Nacional de Timor Leste**

- No ano letivo 2010/2011 assumi as funções de coordenadora da unidade curricular, de 1.º semestre, de Direito das Sucessões na UNTL, a cargo da Dra. Joana Freitas;

- No ano letivo 2010/2011 assumi as funções de coordenadora da unidade curricular, de 2.º semestre, de Direito da Família na UNTL, a cargo do Dr. Miguel Sousa Ferro;

- No ano letivo 2011/2012 assumi as funções de coordenadora da unidade curricular, de 1.º semestre, de Direito das Sucessões na UNTL, a cargo da Dra. Ana Rodrigues.

- **Cursos breves/formação avançada**

- Colaborei no Curso Breve de Direito das Crianças e Jovens, organizado pelo *Ius Dicere – Instituto de Direito Judiciário*, na Escola de Direito da Universidade do Minho, a 6 de junho de 2014, tendo proferido uma aula sobre “Adoção – modalidades e procedimentos”.

- Colaborei no Curso Breve de Direito das Crianças e Jovens, organizado pelo *Ius Dicere – Instituto de Direito Judiciário*, na Escola de Direito da Universidade do Minho, a 13 de junho de 2014, tendo proferido uma aula sobre “Apadrinhamento civil”.

- **Outras iniciativas**

- Colaborei na iniciativa Direito e Cidadania – ação de divulgação e informação jurídica no âmbito do Direito do Trabalho, Direito Fiscal, Direito Civil, Direito da Família, Direito Penal e Direitos de Autor, promovida pela Associação de Estudantes da Escola de Direito da Universidade do Minho, e coordenada cientificamente pela Prof.^a Doutora M.^a Clara Calheiros e pela Prof.^a Doutora Elizabeth Fernandez, que decorreu no âmbito da semana do Direito da AEDUM, 2011 e 2012.

- Lecionei, no âmbito do Programa Erasmus mobilidade docente, uma aula (5 horas) ao curso de Licenciatura em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade da

Corunha, sobre “A menoridade: a proteção de crianças e jovens em perigo no ordenamento jurídico português”, a 21 de fevereiro de 2014.

2. Desempenho pedagógico

O desempenho pedagógico tem sido objeto de avaliação periodicamente, através da aplicação de inquéritos aos alunos, tendo obtido avaliação positiva global entre 4 e 5 e, em algumas unidades curriculares, superior a 5, conforme resulta dos inquéritos regulares disponibilizados na intranet.

3. Inovação e valorização pedagógicas

- Responsável pela criação do curso de Mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito da Universidade do Minho (no ano letivo 2013/2014).
- Desde o ano letivo de 2010/2011, tenho realizado visitas, com grupos de alunos de licenciatura, para assistência a diligências várias no Tribunal de Família e Menores de Braga.
- No âmbito da reestruturação do curso de doutoramento da Escola de Direito, na vertente que inclui uma parte curricular, propus a criação de duas unidades curriculares, optativas, de “Direito das Crianças e Jovens” e uma outra de “Questões patrimoniais de Direito da Família e Sucessórias”, tendo tido ambas as propostas acolhimento nos órgãos da Escola e da UM.
- Disponibilização aos alunos, de licenciatura e de mestrado, na plataforma *e-learning*, de vários elementos de apoio às unidades curriculares que leciono, tais como bibliografia, legislação, casos práticos e modelos de exames, sumários desenvolvidos, programas, diapositivos e textos vários de suporte às aulas.

- Fiz ações de formação *e-learning* na UM, a 27 de outubro de 2006 e a 21 de setembro de 2010.
- Fiz ação de formação em *Fontes e Pesquisa de Informação Científica Online*, a 11 de março de 2014, promovida pelos Serviços de Documentação da Universidade do Minho.
- Fiz ação de formação na plataforma *DocUM inicial*, a 24 de novembro de 2014, na Escola de Direito.
- Frequentei o workshop sobre “Voz como ferramenta de trabalho”, a 19 de janeiro de 2015, na Escola de Direito da UM.

4. *Produção de material pedagógico*

No exercício da atividade de ensino, e além dos Casos de Exame resolvidos e das Lições de Direito das Sucessões já referidos acima como obras pedagógicas e monografias,

- Criei e disponibilizei aos alunos de mestrado, por recurso à plataforma *e-learning*, material de apoio pedagógico (diapositivos e outros textos relevantes);
- Elaborei os *flyers* relativos ao Direito da Família, Crianças e Sucessões distribuídos na iniciativa “Direito e Cidadania”, levada a cabo nas XV e XVI Semanas de Direito – AEDUM, em 2011 e 2012.

5. *Coordenação e participação em projetos pedagógicos*

- Membro da Comissão Diretiva do Curso de Formação Especializada em Direito das Crianças e Jovens da Escola de Direito da Universidade do Minho, nas suas duas edições (2006/2007 e 2007/2008).
- Diretora do Curso de Licenciatura em Direito, diurno e pós-laboral, de julho a dezembro de 2014.
- Diretora do Mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito da Universidade do Minho, desde a sua criação (no ano letivo 2013/2014).
- Presidente do Conselho Pedagógico da Escola de Direito (início do mandato em julho de 2014 e término em julho de 2017).
- Presidente do Conselho Pedagógico da Escola de Direito (início do mandato em julho de 2017 e término em 2020).
- Membro da Comissão do Curso de Preparação e Avaliação de Capacidade para Frequência do Ensino Superior (Ano Zero) da Universidade do Minho.

6. Acompanhamento e orientação de estudantes

6.1 Dissertações de mestrado

a) Dissertações aprovadas

- “Direito ao envelhecimento: perspectiva jurídica dos deveres familiares relativamente a entes idosos”, da licenciada Andreia Morris.
- “Procriação Medicamente Assistida – análise legal e referências à tutela sucessória”, da licenciada Sandra Cristina Gonçalves Veloso.

- “As responsabilidades parentais nos casos de divórcio”, da licenciada Cristiana Sofia Correia de Oliveira.
- “Da articulação das medidas de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo com as medidas tutelares educativas”, da licenciada Maria Luísa Ribas Pinheiro Torres.
- “A mediação na Lei Tutelar Educativa”, da licenciada Nádía Marcela Ferreira Martins.
- “Procriação Medicamente Assistida: O Direito ao Conhecimento da Verdade Biológica *versus* Direito do Doador ao Anonimato”, da licenciada Sofia Manuela Lopes Ivars.
- “A Delinquência Juvenil e Os Direitos das Vítimas do Menor”, da licenciada Inês Bragança dos Reis e Silva.
- “Os efeitos do processo de insolvência nas relações patrimoniais entre os cônjuges”, da licenciada Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro (coorientação).
- “Algumas considerações sobre a posição do cônjuge no direito patrimonial da família e no direito sucessório: da exposição problemática à apreciação crítica”, da licenciada Camila Miranda da Silva.
- “Dos efeitos da procriação medicamente assistida no direito sucessório”, da licenciada Ana Catarina S. Fernandes.
- “A eficácia da mediação familiar no contexto das responsabilidades parentais”, da licenciada Celina Cristiana Costa Sousa.
- “O reforço da proteção do superior interesse da criança através da aceitação da adoção por pessoas do mesmo sexo”, da licenciada Rita Carolina Carvalho Saraiva.

- “Das restrições à liberdade de testar”, da licenciada Vânia Catarina de Freitas Ribeiro.
- “Da alteração da classe sucessória no ordenamento jurídico português”, da licenciada Mafalda Catarina Coimbra Silva.
- “Da procriação medicamente assistida (aspetos gerais) aos efeitos sucessórios – inseminação homóloga *post mortem*”, da licenciada Teresa Alexandra da Silva Brandão.
- “A Sucessão Legitimária e as Restrições ao Princípio da Autonomia Privada”, da licenciada Andreia Filipa Gonçalves Enes.
- “Do recurso à mediação familiar na regulação do exercício das responsabilidades parentais em caso de divórcio”, da licenciada Débora Ferreira Macedo Santos.
- “As incapacidades na sucessão legitimária”, da licenciada Ana Rita Gomes da Silva.
- “Legítima ou quota indisponível, incapacidades sucessórias e a velhice”, da licenciada Joana Morais Dantas.
- “Procriação medicamente assistida: filiação e sucessão”, da licenciada Vera Mónica Soares de Oliveira
- “Sucessão legitimária: a quota indisponível”, da licenciada Ana Rita Gomes da Silva
- “A dissolução da união de facto: efeitos patrimoniais e sucessórios”, da licenciada Ana Catarina Leopoldo Fernandes

- “O regime jurídico da procriação medicamente assistida *Post Mortem* e as suas implicações no direito sucessório português”, da licenciada Daniela Alexandra Ribeiro Nogueira
- “A procriação medicamente assistida *post mortem* e suas implicações jurídico-sucessórias”, da licenciada Sandra Camilo
- “A Herança Digital e a Transmissão de Conteúdos Digitais em vida”, do licenciado Bruno Santos
- “As doações ao cônjuge sobrevivente e a sua sujeição a colação”, da licenciada Gabriela da Costa Oliveira.
- “Os efeitos patrimoniais do divórcio e a posição jurídica do cônjuge mais fragilizado, à luz da lei n.º 61/2008, de 31 de outubro”, da licenciada Lisete Graciela Soares e Silva Ferrás.
- “O processo de adoção”, da licenciada Carolina Maria Esteves Louro.
- “As Indisponibilidades Relativas de Testar dos artigos 2194º e 2196º do Código Civil - Problemas e Respostas Atuais para um Instituto Cristalizado”, do licenciado João Francisco Gonçalves Barroso Teixeira.
- “Os institutos da indignidade e da deserção no âmbito do direito sucessório português”, da licenciada Patrícia da Silva Barros.
- “Regime de bens: sustentar o princípio da imutabilidade ou inovar para o princípio da mutabilidade”, da licenciada Andreia Maria Oliveira da Silva Braz.
- “Sucessão legitimária – um paradigma de interesses”, da licenciada Carolina Jorge Laranjo Souto Camarinha.
- “Incapacidade sucessória – sobre a insuficiência do regime da indignidade sucessória”, da licenciada Julie Neves de Sousa.

- “A Sucessão Contratual: Da Proibição dos Pactos Sucessórios à Admissibilidade dos Pactos Sucessórios Renunciativos”, da licenciada Sandrine Fernandes Gonçalves.
- “A autonomia privada no Direito das Sucessões: a necessidade de revisão da quota obrigatória face ao direito constitucional de propriedade privada”, da licenciada Paula Roberta Correia dos Santos Arruda.
- “Da legitimidade da natureza injuntiva da sucessão legitimária enquanto limite ao princípio da autonomia privada e à liberdade de disposição do de cuius na atualidade”, da licenciada Diana Ferreira Santos.

b) Relatórios profissionais (Despacho RT 38-2011) aprovados

- "A medida de protecção de confiança com vista a futura adopção", do licenciado José Lino Saldanha Retroz Galvão Alvoeiro.
- “O exercício das responsabilidades parentais”, da licenciada Maria da Assunção Raimundo.

c) Dissertações em elaboração (algumas suspensas)

- “Direito de correcção ou ofensa à integridade física – pedras para telhados de vidro”, da licenciada Luísa Almeida Soares;
- “Danos causados por menores – a correspondente responsabilidade civil”, do licenciado José Aurélio Cabido;
- “Direito de visita ou direito ao convívio com os avós”, da licenciada Ana Lúcia Esteves Garelha;

- “Os efeitos jurídicos das uniões homossexuais”, da licenciada Virginie Claire Pereira;
- “A (in)capacidade de exercício das responsabilidades parentais por pais menores”, da licenciada Diana Manuela Gonçalves Vieira;
- “Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo: Medidas de Promoção e Protecção”, da licenciada Liliana Maria Silva Soares;
- “A adopção por casais homossexuais e o ordenamento jurídico português”, da licenciada Carolina Ferreira Viana;
- “Tributação conjunta e responsabilidade tributária dos cônjuges - da sua articulação com os regimes matrimoniais de bens”, da licenciada Ana Margarida Pereira Alves da Cunha (coorientação);
- “Responsabilidade Civil por danos morais decorrentes da dissolução do vínculo conjugal *versus* da violação dos deveres conjugais”, da licenciada Cátia Sofia Machado Fernandes (coorientação);
- “A acção de investigação da paternidade – a recusa de submissão a exames científicos”, da licenciada Cláudia Manuela Martins Ferreira Oliveira Soares;
- “Procriação medicamente assistida – o conhecimento da identidade do dador de gâmetas”, da licenciada Débora Pinto dos Santos;
- “O exercício das responsabilidades parentais – “o processo de implantação de falsas memórias”: Alienação Parental”, do licenciado Ricardo Manuel Sousa da Costa;
- “O instituto da colação no direito sucessório português e a específica posição do cônjuge sobrevivente – uma análise à luz do princípio da autonomia privada”, da licenciada Andreia Sofia Oliveira da Silva;

- “A violação dos deveres conjugais pessoais: algumas considerações a propósito da Responsabilidade Civil dos Cônjuges entre si”, da licenciada Rita Sena de Castro;
- “O modelo tradicional de família e a admissibilidade da homoparentalidade no ordenamento jurídico português”, da licenciada Rute Sofia Quintela Vinhal de Mesquita Guimarães;
- “A Adoção”, da licenciada Vilma Cláudia Ribeiro Pereira;
- “Justiça Restaurativa e Mediação Penal à luz da Lei Tutelar Educativa”, da licenciada Soraia Moreira da Silva;
- “Estabelecimento da Filiação Natural e a (Ir)revogabilidade no regime da Adoção”, do licenciado Nuno Filipe Nobre Gaspar;
- “A (des)proteção de menores nas redes sociais”, da licenciada Ana Luísa Fernandes Mendes Pacheco;
- “A responsabilidade paterno-filial diante da internet – uma perspetiva luso-brasileira”, da licenciada Carolina Kffuri Nunes;
- “Sucessão Tributária *mortis causa*: transmissão das dívidas tributárias e a responsabilidade subsidiária”, da licenciada Cristiana Barbosa de Lima;
- “A adoção e a homoparentalidade – o caso especial da coadoção”, da licenciada Diana Andreia Mendes Silva Cunha;
- “O casamento do séc. XXI – casamento entre pessoas do mesmo sexo”, da licenciada Eduarda Pereira Araújo;

- “A adoção de crianças e a eficácia deste processo”, da licenciada Liliana Oliveira;
- “A síndrome de alienação parental – do método probatório”, da licenciada Mónica Sofia Amaral Rosinhas;
- “O fenómeno sucessório português - a quota legitimária como limite à liberdade de testar”, da licenciada Joana Margarida Gusmão da Cunha;
- “A devolução imotivada (responsabilização dos candidatos a adotantes ou pais adotivos)”, da licenciada Paula Maria Sanches Pinto de Azevedo;
- “O apadrinhamento civil – o compromisso e a difícil gestão de expectativas numa relação dinâmica a três”, da licenciada Ana Guadalupe Leite de Oliveira Correia;
- “O novo regime do processo de inventário – alguns pontos controversos”, da licenciada Erica Soares de Araújo;
- “Do nexo de causalidade entre os poderes atribuídos ao cônjuge administrador e a inerente responsabilidade pela administração”, da licenciada Liliana Martins de Oliveira;
- “Regime jurídico e aspetos sucessórios da procriação medicamente assistida homóloga *post mortem*”, da licenciada Tânia Filipa Oliveira da Cunha;
- “A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo”, da licenciada Ana Luísa Jorge Rodrigues;
- “Maternidade de substituição: um direito a constituir família”, da licenciada Sofia Andrade Pereira;
- “A relevância da afetividade no âmbito das relações sucessórias – possível alargamento das causas de deserdação”, da licenciada Joana Raquel de Branco e Gonçalves;

- “Aspetos gerais do regime jurídico da procriação medicamente assistida *post mortem* e suas implicações sucessórias”, da licenciada Sara Filipa Leite Teixeira.
- “A intangibilidade da legítima: um entrave ao exercício da autonomia da vontade”, da licenciada Regina Manuela Fernandes Freitas.
- “Incapacidade sucessória - a deserdação e a indignidade: a necessidade de novos fundamentos”, da licenciada Letícia Daniela Torres Almeida e Sá.
- “Da atribuição da casa de morada da família com a dissolução da relação matrimonial”, da licenciada Joana Paula Namora Pereira Dias.
- “A autonomia privada no Direito das Sucessões: a necessidade de revisão da quota obrigatória face ao direito constitucional de propriedade privada”, da licenciada Paula Roberta Correia dos Santos Arruda.
- “O regime jurídico do maior acompanhado: proteger sem incapacitar. Desafios, potencialidades e constrangimentos”, da licenciada Marta Sofia Caldas Viana.
- “Os Pactos Sucessórios: A importância das Doações por morte com Finalidade Sucessória e o reforçar da Autonomia Privada”, da licenciada Paula Alexandra Pereira Novais.
- “As causas de incapacidade sucessória- um estudo sobre a indignidade e a deserdação”, da licenciada Laila Macêdo Cutrim Tavares.
- ““ANTES QUE A MORTE OS SEPARE” - (Des)consideração da autonomia privada no direito sucessório”, da licenciada Ana Carolina Azevedo Campos Pinto.
- “Acesso à gravidez de substituição por casais homossexuais do sexo masculino - Qual o caminho até à alteração legislativa?”, da licenciada Ana Carolina Antunes Rocha Barbosa.

- “Procriação medicamente assistida homóloga *post mortem*: efeitos no âmbito do direito sucessório”, da licenciada Filipa Pinheiro Dias.

d) Relatórios profissionais (Despacho RT 38-2011) em elaboração (suspensos)

- “O exercício em comum das responsabilidades parentais fora da constância do casamento - virtualidades e constrangimentos práticos”, da licenciada Susana Lina Machado Neto;
- “No direito da criança: o direito da sua audição (nos processos de regulação das responsabilidades parentais)”, da licenciada Filipa Isabel Afonso Gomes Freitas Aguiar.

6.2 Dissertações de mestrado em colaboração com a Universidade Gregório Semedo - Angola, em elaboração

- “O processo de adopção no ordenamento jurídico angolano”, da licenciada Eunice Tirza Júnior Sebastião Diogo;
- “Do Exercício da Autoridade Paternal à Inibição no Código da Família Angolano”, da licenciada Marta Lúcia Vieira Cavalheiro Pereira;
- “A união de facto do ponto de vista da ordem jurídica angolana”, do licenciado Manuelino António do Rosário Firmo.

6.3 Dissertações de mestrado em colaboração com a Universidade Piaget - Angola

a) Dissertações aprovadas

- “A união de facto no ordenamento jurídico angolano”, do licenciado Estevão Gomes Albino Afonso.

b) Dissertações em elaboração

- “Exercício da autoridade paternal em Angola”, do licenciado Emiliano Eduardo Clemente Zaila;
- “Guarda compartilhada pela busca do melhor interesse da criança em Angola”, do licenciado Lopes José de Almeida.

6.4 Teses de doutoramento

a) Teses aprovadas

- “União de facto (ou de direito?) – observação crítica e algumas insinuações *de iure condendo*”, da mestre Rossana Martingo Cruz

b) Teses em elaboração

- ”A procriação medicamente assistida decorridas mais de três décadas desde o nascimento do primeiro bebé de proveta”, do mestre Roberto Wider (suspendeu inscrição).
- ”A adoção de crianças e adolescentes em “idade tardia” ou com necessidades especiais de saúde: fundamentos legais e jurisprudenciais no Brasil e na comunidade europeia”, da mestre Ana Cristina A. Pinheiro.

III. OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES

1. Prestação de serviços à comunidade científica e educacional e à sociedade em geral

1.1 Avaliação de artigos para revistas

- Avaliadora de textos para a *e-cadernos ces*, desde 2014 (no âmbito do sistema de avaliação por pares dos artigos submetidos para publicação à *e-cadernos ces*)

- Elaborei um parecer sobre um artigo intitulado “Reflexões sobre infância e os direitos da criança no contexto da justiça”, para o número da *e-cadernos ces* dedicado ao “Acesso ao Direito e à Justiça da Família e das Crianças: que desafios para o séc. XXI?”.

- Avaliadora de textos para a *RED – Revista Eletrónica de Direito*, da Faculdade de Direito da Universidade do Porto

- Elaborei um parecer sobre um artigo intitulado “Autonomia de la voluntad y aspectos patrimoniales en la convivencia y posible crisis de las uniones de hecho, en España”, para o número da *RED* publicado em junho de 2014.

- Avaliadora de textos para a *Revista Interconexões* (Faculdade de Ciências Sociais/UCP-Braga)

- Elaborei um parecer sobre um artigo intitulado “O Papel do Direito Penal na Proteção dos Idosos em Pleno Século XXI”.

- Avaliadora de textos para a revista *Scientia Iuridica*, da Escola de Direito da Universidade do Minho

- Elaborei um parecer sobre um artigo intitulado “O princípio da imutabilidade em matéria de convenções antenupciais: pertinência ou desnecessidade”.

- Elaborei um parecer sobre um artigo intitulado “El divorcio en Portugal y España. Últimas reformas”.

- Elaborei um parecer sobre um artigo intitulado “As mutações do estatuto jurídico da criança e do jovem – compreender a sua evolução ao longo da história”.

- Elaborei um novo parecer sobre um artigo intitulado “O princípio da imutabilidade em matéria de convenções antenupciais: pertinência ou desnecessidade”.

- Elaborei um novo parecer sobre um artigo intitulado “Igualdade de género e parentalidade”.

- Elaborei um novo parecer sobre um artigo intitulado “Breves considerações sobre a posição jurídica do cônjuge meeiro relativamente aos dividendos societários na pendência de ação de divórcio”.

- Avaliadora de textos para a *Lex Familiae - Revista Portuguesa de Direito da Família*, desde 2014

- Elaborei um parecer sobre um artigo intitulado “Registro de la propiedad y régimen económico de los matrimonios extranjeros en España”, a 15 de julho de 2015.

- Elaborei um parecer sobre o texto intitulado *Do concurso de regimes aplicáveis às liberalidades com relevância sucessória – a herança ex re certa: deixas categoriais dicotómicas que esgotam a totalidade da herança*, a 1 de março de 2017.

- Elaborei um parecer sobre um artigo intitulado “Cuidado e Afectividade - Seis anos depois: análise do impacto do apadrinhamento civil em matéria de protecção dos afectos das crianças e jovens em Portugal”, a 22 de junho de 2018.

- Avaliadora de textos para a *FIDES - Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade*

- Elaborei um parecer sobre um artigo intitulado “Análise empírica da exploração sexual de crianças e adolescentes no Rio Grande do Norte”, a 29 de setembro de 2017.

- Elaborei um parecer sobre um artigo intitulado “As famílias simultâneas no direito civil constitucional brasileiro”, a 30 de outubro de 2017.

- Elaborei um parecer sobre um artigo intitulado “A presunção de mentira da mulher não casada e a personalidade do nascido: investigação de paternidade na ordem jurídica brasileira”, a 14 de maio de 2018.

- Avaliadora de textos para o *Anuário de Direitos Humanos*

- Elaborei um parecer sobre um artigo intitulado “A Gestação de Substituição face aos direitos reprodutivos na Europa do século XXI: algumas reflexões”, a 11 de fevereiro de 2019.

- Elaborei um parecer sobre um artigo intitulado “Recast proposal of the Regulation concerning jurisdiction and the recognition and enforcement of judgments in matrimonial matters and the matters of parental responsibility (Brussels IIa)”, a 11 de fevereiro de 2019.

1.2 Serviços à comunidade científica e educacional

- Participei, a 23 de outubro de 2012, como docente da Escola de Direito, na reunião com a Comissão de Avaliação Externa (CAE), no âmbito do processo de auditoria ao SIGAQ-UM.

- Participei, enquanto docente do curso de Mestrado em Direito Judiciário, em reunião com a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) no âmbito da avaliação dos cursos da Escola de Direito, em dezembro de 2013.

- Integrei a Secção Autónoma do Conselho Coordenador de Avaliação da Escola de Direito para apreciação do desempenho dos funcionários não docentes da Escola de Direito da Universidade do Minho, relativo ao biénio 2013-2014.

- Integrei a Comissão Coordenadora de Avaliação da Escola de Direito (biénio 2013-2014), no âmbito do RAD-EDUM.

- Membro da Comissão do Curso de Preparação e Avaliação de Capacidade para Frequência do Ensino Superior (Ano Zero) da Universidade do Minho.

- Por atribuição de competências pela respetiva Comissão de Curso, a 5 de dezembro de 2014, redigi o novo Regulamento do Ciclo de Estudos conducentes à

obtenção do grau de mestre em Direito das Crianças, Família e Sucessões, adaptando-o ao novo Regulamento Académico da Universidade do Minho.

- Integrei a comissão encarregue da revisão do Regulamento Académico da Universidade do Minho.
- Entrevistada para o Jornal UMDicas, de janeiro de 2015, enquanto Diretora do Curso de Licenciatura em Direito.

1.3 Serviços à sociedade em geral

- Participei, como oradora, no debate sobre “Casamento Homossexual”, organizado pela JSD-Braga, a 5 de março de 2010.
- Participei no Programa *Fórum do País*, da RTPN, a 19 de julho de 2006, sobre Adoção.
- Intervenção no debate sobre Adoção na Rádio Clube Português – Minho, a 7 de abril de 2008.
- Participei no Programa *Elas por Elas* do Porto Canal, a 24 de setembro de 2009, subordinado ao tema “Re-casamentos e Não-casamentos”.
- Entrevistada pelo jornal *on line Nós*, de janeiro de 2012, sobre o divórcio e as dívidas do casal.
- Entrevistada no programa *Porto Alive*, do Porto Canal, sobre o regime das dívidas do casal e a crise económica, a 2 de fevereiro de 2012.
- Entrevistada no programa *Portugal em Direto*, da Antena 1, sobre o regime das dívidas do casal e a crise económica, a 6 de fevereiro de 2012.

- Participei no Programa *Sociedade Civil*, da RTP2, sobre o regime das dívidas do casal e o viver a dois, a 14 de fevereiro de 2012.
- Entrevistada para reportagem do Jornal das 8 da TVI, sobre o divórcio e as dívidas do casal e a crise económica, apresentada a 6 de março de 2012.
- Entrevistada pelo jornal *i on line*, sobre o regime das dívidas do casal e a crise económica, publicado a 26 de março de 2012.
- Entrevistada pelo jornal *Público* publicado a 3 de novembro de 2013.
- Entrevistada para a reportagem do Último Jornal do Porto Canal, sobre maternidade de substituição, apresentada a 19 de janeiro de 2014.
- Entrevistada para a reportagem do Jornal da Uma e do Jornal das 8 da TVI, sobre a diminuição do número de divórcios e a crise económica, apresentada a 16 de abril de 2014.
- Entrevistada para o programa *UM I&D*, da RUM, sobre a investigação desenvolvida, a 9 de setembro de 2014.
- Entrevistada, enquanto docente da ED, no programa *Grandes Manhãs*, do Porto Canal, sobre a aprovação de projetos de lei relativos à adoção por casais do mesmo sexo, a 24 de novembro de 2015.
- Participei, como oradora, no Colóquio sobre “Acolhimento Residencial: o paradigma da nova lei”, com uma intervenção dedicada às recentes alterações à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, organizado pelo Colégio de São Caetano, a 10 de março de 2016.
- Colaborei no *blogue Família com Direitos*, com um artigo intitulado “Os direitos sucessórios dos unidos de facto – breves notas”, a 27 de outubro de 2017

(<http://familiacomdireitos.pt/os-direitos-sucessorios-dos-unidos-de-facto-breves-notas/>).

- Participei, como oradora, na XXIII Semana de Direito, com uma intervenção na mesa redonda dedicada ao ensino do Direito em Portugal – “A máquina de fazer juristas”, organizada pela AEDUM – Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Minho, a 7 de outubro de 2019.

1.4 Cargos assumidos

- Fui vogal do Conselho Superior do Ministério Público, por eleição da Assembleia da República, a 14 de outubro de 2011, exercendo funções efetivas desde 5 de novembro de 2014.
- Exerço o cargo de Presidente da Delegação Portuguesa da ADFAS – Associação de Direito da Família e das Sucessões, com mandato de 31 de janeiro de 2019 a 31 de janeiro de 2022.

2. Ações e publicações de divulgação científica

- Integrei a comissão organizadora dos *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Heinrich Ewald Hörster*, obra publicada pela Almedina, em 2012.
- Coorganizei e integrei a Comissão Científica do Colóquio sobre mediação “A (nova?) mediação”, em colaboração com o *Ius Dicere - Instituto de Direito Judiciário* e o Mestrado em Direitos Humanos da Escola de Direito, a 16 de novembro de 2013.
- Organizei o Curso Breve de Direito das Crianças e Jovens, pelo *Ius Dicere – Instituto de Direito Judiciário*, na Escola de Direito da Universidade do Minho, a 6 e 13 de junho de 2014.

- Integrei a comissão organizadora do Congresso Nacional “Realidades e Desafios no 25.º Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança: o caso português”, a cargo do Instituto de Educação e da Escola de Direito da Universidade do Minho, nos dias 25 e 26 de setembro de 2014.
- Integrei a comissão organizadora do Curso Breve sobre “As recentes alterações da Lei Tutelar Educativa”, realizado nos dias 4 e 11 de março de 2016, na Escola de Direito da Universidade do Minho.
- Integrei a comissão organizadora da conferência “Novos Desafios do Cibernundo – a Proteção de Crianças e Jovens”, realizada no âmbito dos mestrados em Direito das Crianças, Família e Sucessões e Direito e Informática, da Escola de Direito da Universidade do Minho, a 29 de abril de 2016.
- Integrei a comissão organizadora das Jornadas Internacionais no âmbito da Comemoração dos 50 anos do Código Civil Português - Novos Desafios ao Direito Civil, organizado por alguns docentes do Departamento de Ciências Jurídico-Privatísticas da Escola de Direito da Universidade do Minho, a 29 e 30 de setembro de 2016.
- Coordenei a organização da obra coletiva *Código Civil Anotado*, vol. V – Direito das Sucessões, publicada pela Livraria Almedina, em 2018.
- Integrei a comissão organizadora e a coordenação científica da obra *Código Civil de 1966 – Novos desafios. Comemorações dos 50 anos do Código Civil*, Braga, Escola de Direito da Universidade do Minho, 2017.
- Coordenei, com a Prof.^a Doutora Margarida Santos e o Dr. Rui do Carmo, a organização da obra coletiva *Lei Tutelar Educativa Anotada*, publicada pela Livraria Almedina, em 2018.

- Integrei a comissão científica e organizadora das atas das Jornadas Internacionais “Igualdade e Responsabilidade nas Relações Familiares”, realizadas na Escola de Direito da Universidade do Minho, a 5 e 6 de dezembro de 2019.

3. Atividades de avaliação de natureza académica, no âmbito de provas e concursos académicos, profissionais e científicos

3.1 Provas de mestrado (com arguição)

- A 2 de julho de 2009 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, do licenciado José Diogo Leite Garcia que apresentou uma dissertação sobre o tema “O instituto do poder paternal e seu exercício em casos de ruptura conjugal: uma busca aos interesses dos menores através da viabilidade prática do “exercício conjunto””.

- A 2 de julho de 2009 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, da licenciada Ludmilla de Mello Bomfim Motta Domingues que apresentou uma dissertação sobre o tema “O abandono afetivo na relação paterno-filial e a possibilidade de responsabilização civil por dano moral”.

- A 7 de maio de 2010 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, da licenciada Hosana Leandro de Souza Dall’Orto que apresentou uma dissertação sobre o tema “A adequação da responsabilidade civil às relações paterno-filiais”.

- A 14 de maio de 2010 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, da licenciada Clarisse Pereira da Silva Bezerra que apresentou uma dissertação sobre o tema “Das famílias recompostas ou reconstituídas”.

- A 21 de maio de 2010 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, da licenciada Ildeara de Amorim Digiácomo que apresentou uma dissertação sobre o tema “Da Adopção e suas implicações quando requerida pelo(a) cônjuge ou companheiro(a) do(a) genitor(a)”.

- A 18 de junho de 2010 fui membro do júri, na qualidade de coarguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, do licenciado José Fernandes Freitas que apresentou uma dissertação sobre o tema “Direito das Crianças e dos Jovens – medidas de promoção e de protecção”.

- A 24 de setembro de 2010 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, do licenciado Carlos Alberto de Souza Silva que apresentou uma dissertação sobre o tema “O sentido da reciprocidade no direito de alimentos entre pais e filhos”.

- A 8 de junho de 2011 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Ana Rita Santos Freitas que apresentou uma dissertação sobre o tema “Adopção internacional – da protecção à instrumentalização da criança”.

- A 6 de setembro de 2011 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada – Porto, do licenciado Rui António Sousa Padrão Sanches e Silva que apresentou uma dissertação sobre o tema “Ressarcibilidade dos danos não patrimoniais do cônjuge, dos familiares e do unido de facto”.

- A 6 de setembro de 2011 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada – Porto, da licenciada Ana Rita Peixoto Vitorino que apresentou uma dissertação sobre o tema “Novas formas de família *versus* responsabilidade parental e adopção”.

- A 30 de março de 2012 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Ana Catarina Martins Oliveira que apresentou uma dissertação sobre o tema “Ressarcibilidade dos danos não patrimoniais de terceiros em caso de lesão corporal”.
- A 28 de maio de 2012 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, do licenciado Carlos Jorge Martins Ribeiro que apresentou uma dissertação sobre o tema “O direito do homem a rejeitar a paternidade de filho nascido contra a sua vontade. A igualdade na decisão de procriar”.
- A 18 de janeiro de 2013 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, do licenciado Marco Aurélio Gonçalves Martins que apresentou uma dissertação sobre o tema “Responsabilidade Civil por Atos e Omissões Médicas em Vida Pré-Natal”.
- A 31 de janeiro de 2013 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Cristiana Filipa Sousa Pereira que apresentou uma dissertação sobre o tema “Venda a filhos ou a netos: contributo para a interpretação do artigo 877.º do Código Civil”.
- A 4 de abril de 2014 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, no Departamento de Direito da Universidade Portucalense – Porto, da licenciada Isabel Cristina Antunes Borges que apresentou uma dissertação sobre o tema “Mediação familiar – da problematização da sua obrigatoriedade”.
- A 3 de outubro de 2014 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Marine Danielle de Barros Loiola que apresentou uma dissertação sobre o tema “Aspectos críticos da adoção no Brasil em face do princípio do melhor interesse da criança e do direito fundamental à convivência familiar”.

- A 10 de outubro de 2014 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada – Lisboa, da licenciada Kescianny Sueley de Barros Miguêz que apresentou uma dissertação sobre o tema “A prisão civil do devedor de alimentos no Brasil à luz da instrumentalização do direito penal”.

- A 27 de fevereiro de 2015 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Inês Fontes Alves que apresentou uma dissertação sobre o tema “O Testemunho Infantil”.

- A 27 de fevereiro de 2015 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Ana Clara Torres da Silva que apresentou uma dissertação sobre o tema “A protecção da família – será a via fiscal a mais idónea?”.

- A 17 de junho de 2015 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Cláudia Beatriz Morais Afonso que apresentou uma dissertação sobre o tema “O planeamento fiscal: considerações no âmbito das relações jurídicas familiares”.

- A 17 de junho de 2015 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Joana Francisca Bernardes Meneses que apresentou uma dissertação sobre o tema “A sucessão em sede de reversão do processo de execução fiscal”.

- A 28 de janeiro de 2016 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Caterina da Silva Pereira que apresentou uma dissertação sobre o tema “O testamento vital: Considerações gerais sobre as diretivas antecipadas de vontade”.

- A 28 de janeiro de 2016 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada

Marta Avelina Fernandes Macedo que apresentou uma dissertação sobre o tema “Trabalho Infantil - As Crianças no Mundo do Espetáculo, Moda e Publicidade”.

- A 12 de maio de 2016 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Larissa Araújo Coelho que apresentou uma dissertação sobre o tema “Investigação de “casamentos brancos” e a proteção dos direitos fundamentais no contexto das políticas de imigração ibero-brasileira”.

- A 20 de janeiro de 2017 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Diana Isabel de Sá Fontes, que apresentou uma dissertação sobre o tema “A (In)Constitucionalidade dos prazos de caducidade da ação de investigação da paternidade: evolução e consequências jurídicas”.

- A 9 de junho de 2017 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Ana Rita Maia Areia Ferreira, que apresentou uma dissertação sobre o tema “O exercício da autonomia da vontade na sucessão legal e nas disposições *mortis causa*”.

- A 2 de novembro de 2017 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Sara Carneiro Rodrigues Miguel, que apresentou uma dissertação sobre o tema “Regulação e exercício das responsabilidades parentais no contexto de violência doméstica – análise prática e crítica”.

- A 12 de dezembro de 2017 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, no Instituto de Educação da Universidade do Minho, da licenciada Sónia Cristiana Gonçalves da Silva, que apresentou uma dissertação sobre o tema “Crianças/jovens que assumem comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento: a intervenção de uma comissão de proteção de crianças e jovens – um estudo de caso”.

- A 13 de dezembro de 2017 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, da licenciada Bárbara Assunção Viana, que apresentou uma dissertação sobre o tema “A responsabilidade civil no âmbito conjugal – o caso particular da violação do dever de fidelidade”.

- A 13 de dezembro de 2017 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, da licenciada Daniela Pinheiro da Silva, que apresentou uma dissertação sobre o tema “Alimentos a filho maior – natureza, âmbito e extensão do direito previsto no art. 989.º, n.º 3 e 4, do Código de Processo Civil”.

- A 11 de janeiro de 2018 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Carla Luísa Monteiro Cardoso, que apresentou uma dissertação sobre o tema “Procriação medicamente assistida: limites e desafios ao regime jurídico dos beneficiários”.

- A 30 de janeiro de 2018 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Rita Andreia Gomes Ferreira Barroso que apresentou uma dissertação sobre o tema “Da guarda conjunta na regulação do exercício das responsabilidades parentais”.

- A 18 de abril de 2018 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Taís Cajazeira Silva que apresentou uma dissertação sobre o tema “Guarda partilhada: instituto capaz de inibir a alienação parental”.

- A 14 de setembro de 2018 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, do licenciado Mário Lima Wu Filho que apresentou uma dissertação sobre o tema “O direito da criança a ser ouvida nos processos administrativos e judiciais que lhe digam respeito –

análise do impacto da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança na ordem jurídica brasileira”.

- A 19 de setembro de 2018 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, da licenciada Daniela Cristina Carreiro Neto que apresentou uma dissertação sobre o tema “A composição das massas patrimoniais dos cônjuges em regimes de comunhão e o problema da qualificação do bem edificado com bens comuns em terreno próprio de um dos cônjuges”.

- A 19 de dezembro de 2019 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, da licenciada Ana Filipa Santos da Luz que apresentou uma dissertação sobre o tema “Contratos sucessórios renunciativos entre nubentes – análise crítica das alterações introduzidas ao Código Civil pela Lei n.º 48/2018, de 14 de agosto”.

- A 24 de janeiro de 2020 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Ana Rita Gonçalves Lopes da Silva, que apresentou uma dissertação sobre o tema “A sucessão legítima enquanto sucessão forçosa: uma questão de (in)justiça material em caso de abandono”.

- A 21 de fevereiro de 2020 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Joana Cristina Ferreira Oliveira, que apresentou uma dissertação sobre o tema “Da responsabilidade dos cônjuges por dívidas fiscais”.

3.2 Provas de mestrado (sem arguição)

- Em maio de 2009 fui membro do júri nas provas de mestrado, na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada - Porto, da licenciada Elisa Maria de Sousa Manero de

Lemos Rodrigues que apresentou uma dissertação sobre o tema “Os mecanismos extrajudiciais em Portugal – o caso dos Julgados de Paz”.

- A 6 de maio de 2011 fui membro do júri nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Leandra Daniela da Silva Dias que apresentou uma dissertação sobre o tema “Filhos da Ciência e do Direito: a procriação medicamente assistida – *quid iter?*”.

- A 7 de setembro de 2012 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Andreia Joana Morris Mendes que apresentou uma dissertação sobre o tema “Direito ao envelhecimento: perspetiva jurídica dos deveres familiares relativamente a entes idosos”.

- A 11 de janeiro de 2013 fui membro do júri, na qualidade de presidente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Lara Catarina Moreira de Carvalho que apresentou uma dissertação sobre o tema “O Reconhecimento e Execução de Sentenças Estrangeiras em Matéria Civil e Comercial no Regulamento de Bruxelas I”.

- A 18 de janeiro de 2013 fui membro do júri, na qualidade de presidente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, do licenciado Marco Paulo Mendes Dias que apresentou uma dissertação sobre o tema “O Vício de Não Incorporação da Cláusula Contratual nos Contratos de Adesão”.

- A 31 de janeiro de 2013 fui membro do júri, na qualidade de presidente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Luciana Ferreira de Melo que apresentou uma dissertação sobre o tema “Os Contratos Celebrados à Distância e a Proteção Jurídica do Consumidor”.

- A 3 de setembro de 2013 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada

Sandra Cristina Gonçalves Veloso que apresentou uma dissertação sobre o tema “Procriação Medicamente Assistida – análise legal e referências à tutela sucessória”.

- A 24 de janeiro de 2014 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Cristiana Sofia Correia de Oliveira que apresentou uma dissertação sobre o tema “As responsabilidades parentais nos casos de divórcio”.

- A 7 de fevereiro de 2014 fui membro do júri, na qualidade de presidente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Christine Isabel Martins que apresentou uma dissertação sobre o tema “A publicidade enganosa por omissão”.

- A 9 de maio de 2014 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Maria Luísa Ribas Pinheiro Torres que apresentou uma dissertação sobre o tema “Da articulação das medidas de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo com as medidas tutelares educativas”.

- A 17 de junho de 2014 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Nádia Marcela Ferreira Martins que apresentou uma dissertação sobre o tema “A mediação na Lei Tutelar Educativa”.

- A 3 de outubro de 2014 fui membro do júri, na qualidade de presidente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Mara Lisa Ferreira Gonçalves que apresentou uma dissertação sobre o tema “Direito de oposição dos trabalhadores na transmissão da Unidade Económica – Contributo para uma análise prática”.

- A 27 de março de 2015 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada

Sofia Manuela Lopes Ivars que apresentou uma dissertação sobre o tema “Procriação medicamente assistida: o direito ao conhecimento da verdade biológica *versus* direito do dador ao anonimato”.

- A 27 de março de 2015 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Inês Bragança dos Reis e Silva que apresentou uma dissertação sobre o tema “A delinquência juvenil e os direitos das vítimas do menor”.

- A 24 de julho de 2015 fui membro do júri, na qualidade de presidente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Elenir Lúcia Cericatto que apresentou uma dissertação sobre o tema “A imputabilidade do adolescente no direito penal”.

- A 8 de janeiro de 2016 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Camila Miranda da Silva que apresentou uma dissertação sobre o tema “Algumas considerações sobre a posição do cônjuge no direito patrimonial da família e no direito sucessório: da exposição problemática à apreciação crítica”.

- A 8 de janeiro de 2016 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Celina Cristiana Costa Sousa que apresentou uma dissertação sobre o tema “A eficácia da mediação familiar no contexto das responsabilidades parentais”.

- A 8 de janeiro de 2016 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Rita Carolina Carvalho Saraiva que apresentou uma dissertação sobre o tema “O reforço da proteção do superior interesse da criança através da aceitação da adoção por pessoas do mesmo sexo”.

- A 13 de janeiro de 2016 fui membro do júri, na qualidade de presidente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Sara Maria Azevedo Barroso que apresentou uma dissertação sobre o tema “Do incumprimento das responsabilidades parentais ao ilícito de subtração de menor”.

- A 15 de janeiro de 2016 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Vânia Catarina de Freitas Ribeiro que apresentou uma dissertação sobre o tema “Das restrições à liberdade de testar”.

- A 29 de janeiro de 2016 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Ana Catarina da Silva Fernandes que apresentou uma dissertação sobre o tema “Dos efeitos da Procriação Medicamente Assistida no Direito Sucessório”.

- A 10 de fevereiro de 2016 fui membro do júri, na qualidade de presidente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Ana Sofia de Magalhães e Carvalho que apresentou uma dissertação sobre o tema “O direito fundamental à proteção na velhice através dos impostos”.

- A 12 de fevereiro de 2016 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Mafalda Catarina Coimbra Silva que apresentou uma dissertação sobre o tema “Da alteração da classe sucessória no Ordenamento Jurídico Português”.

- A 19 de fevereiro de 2016 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Teresa Alexandra da Silva Brandão que apresentou uma dissertação sobre o tema “Da Procriação Medicamente Assistida (aspetos gerais) aos Efeitos Sucessórios – Inseminação Homóloga *Post Mortem*”.

- A 3 de março de 2016 fui membro do júri, na qualidade de presidente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada

Nádia Jerónimo Pereira Bastos Fernandes que apresentou uma dissertação sobre o tema “A criança perante o litígio na regulação das responsabilidades parentais”.

- A 18 de março de 2016 fui membro do júri, na qualidade de presidente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Ana Margarida Pinto de Moura que apresentou uma dissertação sobre o tema “Os maus tratos parentais e o dano da perda de *chance*: uma via alternativa de responsabilidade civil?”.

- A 18 de maio de 2016 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, do licenciado José Lino Saldanha Retroz Galvão Alvoeiro que apresentou uma dissertação/relatório profissional sobre o tema "A medida de proteção de confiança com vista a futura adoção”.

- A 15 de junho de 2016 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Andreia Filipa Gonçalves Enes que apresentou uma dissertação sobre o tema “A Sucessão Legitimária e as Restrições ao Princípio da Autonomia Privada”.

- A 28 de junho de 2016 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, do licenciado Estevão Gomes Albino Afonso que apresentou uma dissertação sobre o tema “A união de facto no ordenamento jurídico angolano”.

- A 21 de julho de 2016 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Maria da Assunção Raimundo que apresentou uma dissertação/relatório profissional sobre o tema “O exercício das responsabilidades parentais”.

- A 17 de maio de 2017 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Ana Rita Gomes da Silva, que apresentou uma dissertação sobre o tema “As incapacidades na sucessão legitimária”.

- A 17 de maio de 2017 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Joana Morais Dantas, que apresentou uma dissertação sobre o tema “Legítima ou quota indisponível, incapacidades sucessórias e a velhice”.

- A 30 de junho de 2017 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Vera Mónica Soares de Oliveira, que apresentou uma dissertação sobre o tema “Procriação medicamente assistida: filiação e sucessão”.

- A 25 de janeiro de 2018 fui membro do júri, na qualidade de presidente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Fátima Isabel Luís Caires, que apresentou uma dissertação sobre o tema “A transmissão da posição contratual por morte de arrendatário habitacional”.

- A 25 de janeiro de 2018 fui membro do júri, na qualidade de presidente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Ana Rita Oliveira Sousa Nogueira Lopes, que apresentou uma dissertação sobre o tema “O princípio do superior interesse da criança na regulamentação das responsabilidades parentais pela União Europeia”.

- A 30 de janeiro de 2018 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Gabriela da Costa Oliveira, que apresentou uma dissertação sobre o tema “As doações ao cônjuge sobrevivente e a sua sujeição a colação”.

- A 19 de fevereiro de 2018 fui membro do júri, na qualidade de presidente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Neila Aparacida Duarte Corá, que apresentou uma dissertação sobre o tema “A Mediação Familiar e a sua aplicabilidade à Síndrome de Alienação Parental”.

- A 12 de dezembro de 2018 fui membro do júri, na qualidade de presidente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada

Jessica Rosa Cardoso da Silva, que apresentou uma dissertação sobre o tema “O crime de subtração de menor: âmbito de aplicação da alínea c) do nº1 do artº249º do Código Penal”.

- A 11 de janeiro de 2019 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, do licenciado João Francisco Gonçalves Barroso Teixeira, que apresentou uma dissertação sobre o tema “As indisponibilidades relativas de testar dos Artigos 2194º e 2195º do Código Civil – problemas e respostas atuais para um Instituto Cristalizado”.

- A 29 de janeiro de 2019 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Patrícia da Silva Barros, que apresentou uma dissertação sobre o tema “Os institutos da indignidade e da deserção no âmbito sucessório português”.

- A 1 de fevereiro de 2019 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Carolina Maria Esteves Louro, que apresentou uma dissertação sobre o tema “O (novo) regime jurídico do processo de adoção – Lei nº143/2015, de 8 de setembro”.

- A 8 de fevereiro de 2019 fui membro do júri, na qualidade de presidente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Leila Gomes da Costa, que apresentou uma dissertação sobre o tema ““Não foram felizes para sempre!” – o problema da reparação dos danos decorrentes da dissolução do casamento por divórcio”.

- A 15 de fevereiro de 2019 fui membro do júri, na qualidade de presidente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Rúbia Hosken Vieira Flores, que apresentou uma dissertação sobre o tema “A violência sexual praticada contra menores de 14 anos no Brasil e em Portugal: a importância do acompanhamento das famílias das crianças vítimas de abuso através da aplicação de medidas de proteção e promoção”.

- A 17 de janeiro de 2020 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Sandrine Fernandes Gonçalves, que apresentou uma dissertação sobre o tema “A Sucessão Contratual: Da Proibição dos Pactos Sucessórios à Admissibilidade dos Pactos Sucessórios Renunciativos”.
- A 17 de janeiro de 2020 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Julie Neves de Sousa, que apresentou uma dissertação sobre o tema “Incapacidade sucessória – sobre a insuficiência do regime da indignidade sucessória”.
- A 20 de janeiro de 2020 fui membro do júri, na qualidade de presidente, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Mégane Sheridan Gomes, que apresentou uma dissertação sobre o tema “Ação de investigação de paternidade e direito ao conhecimento das origens genéticas: a legitimidade ativa na ação como limite ao direito”.
- A 21 de janeiro de 2020 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Carolina Jorge Laranjo Souto Camarinha, que apresentou uma dissertação sobre o tema “Sucessão legitimária – um paradigma de interesses”.
- A 31 de janeiro de 2020 fui membro do júri, na qualidade de orientadora, nas provas de mestrado, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Andreia Maria Oliveira da Silva Braz, que apresentou uma dissertação sobre o tema “Regime de bens: sustentar o princípio da imutabilidade ou inovar para o princípio da mutabilidade”.

3.3 Provas de doutoramento (com arguição)

- A 12 de setembro de 2014 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de doutoramento, na Facultad de Derecho da Universidade de Salamanca, da licenciada Patrícia Sofia Carvalho Rocha que apresentou uma tese sobre o tema “O divórcio sem culpa no ordenamento jurídico português. Estudo comparativo com o ordenamento espanhol”.

- A 14 de junho de 2018 fui membro do júri, na qualidade de arguente, nas provas de doutoramento, no Instituto de Educação da Universidade do Minho, da licenciada Helga Cláudia Fernandes Ribeiro Teixeira e Castro que apresentou uma tese sobre o tema “O tempo da Infância no(s) tempo(s) da Justiça: uma análise do exercício dos direitos de participação das crianças nos processos judiciais ”.

3.4 Provas de doutoramento (sem arguição)

- Fui indicada, como membro suplente, para o júri das provas de doutoramento em Direito, na Facultad de Derecho da Universidade de Salamanca, da licenciada Diovana Barbieri que apresentou uma tese sobre o tema “Clausulas excluyentes y limitativas de responsabilidad civil en las relaciones de consumo: un estudio civil constitucional”.

- A 2 de maio de 2016 integrei o júri das provas de doutoramento, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, da Mestre Rute Manuela Fernandes Monteiro Teixeira Pedro que apresentou uma tese sobre o tema “Convenções matrimoniais: a autonomia na conformação dos efeitos patrimoniais do casamento”.

- A 19 de maio de 2017 integrei o júri das provas de doutoramento, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, da Mestre Paula Sofia Couceiro Almeida Távora Vítor que apresentou uma tese sobre o tema “Crédito compensatório e alimentos pós-divórcio: contributo para a compreensão de um sistema bimodal”.

- A 23 de fevereiro de 2018 integrei o júri das provas de doutoramento, na Escola de Direito da Universidade do Minho, da Mestre Rossana Martingo Cruz, que

apresentou uma tese sobre o tema “União de facto (ou de direito?) – observação crítica e algumas insinuações *de iure condendo*”.

- A 17 de junho de 2019 integrei o júri das provas de doutoramento, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, da Mestre Elisete Sileny Jacinto de Almeida, que apresentou uma tese sobre o tema “Parentesco socioafetivo – possíveis contributos de Direito brasileiro para um novo paradigma no Direito português”.

- A 23 de janeiro de 2020 integrei o júri das provas de doutoramento, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, da Mestre Rosa Andreia Simões Cândido Martins que apresentou uma tese sobre o tema “A família entre o público e o privado: a proposta metodológica da autonomia relacional na análise do regime jurídico do casamento”.

3.5 Concursos académicos

- Integrei o júri do concurso internacional para recrutamento de professor(a) associado(a) na área do Direito, aberto pela Universidade Portucalense Infante Dom Henrique, Porto, com candidato único e reunião realizada a 9 de julho.

3.6 Outras

- Fui membro do júri das provas orais de ingresso ao Centro de Estudos Judiciários, em junho de 2007.

- Integrei o júri nas provas de defesa de projeto de dissertação de mestrado da Faculdade de Direito da Universidade de Sta. Cruz do Sul (UNISC), na Escola de Direito da Universidade do Minho, da licenciada Claridê Taffarel que apresentou um projeto sobre o tema “Os conselhos gestores como instrumentos de efetivação de democracia deliberativa no desenvolvimento de políticas públicas governamentais”, a 15 de novembro de 2012.

- Integrei o júri do processo de concurso para atribuição de bolsa de estágio para a secretaria da Escola de Direito da Universidade do Minho, a 3 de fevereiro de 2015.
- Integrei o júri do processo de concurso para atribuição de bolsa de estágio para a secretaria da Escola de Direito da Universidade do Minho, a 7 de julho de 2016.
- Secretariei e elaborei as atas das reuniões da Comissão Coordenadora de Avaliação da Escola de Direito, em 2015, no âmbito do processo RAD-EDUM relativo ao biénio 2013-2014.
- Secretariei e elaborei as atas das reuniões da Comissão Coordenadora de Avaliação da Escola de Direito, em 2018, no âmbito do processo RAD-EDUM relativo ao triénio 2015-2017.

4. Participação em atividades de gestão em instituições de ensino superior ou de investigação

4.1 Cargos em órgãos da Universidade e das unidades/subunidades orgânicas

- Fui membro do Senado Universitário da Universidade do Minho de janeiro de 2001 a janeiro de 2003.
- Fui membro do Conselho Disciplinar da Universidade do Minho de janeiro de 2001 a janeiro de 2003.
- Fui coordenadora do projeto Sócrates-Erasmus de setembro a dezembro de 2002.
- Fui membro do Conselho da Escola de Direito da Universidade do Minho de novembro de 2002 a novembro de 2004.

- Fui membro da Assembleia da Universidade do Minho de novembro de 2002 a novembro de 2004.
- Sou membro do Conselho Científico da Escola de Direito da Universidade do Minho (desde julho de 2008 até ao presente).
- Fui membro do Conselho da Escola de Direito da Universidade do Minho, desde 5 de novembro de 2009 (1.º mandato), 9 de janeiro de 2013 (2.º mandato) e 8 de abril de 2016 (3.º mandato).
- Sou Vice-Presidente da Escola de Direito (início do mandato em julho de 2014 e término em julho de 2017 – 1.º mandato; início de mandato em julho de 2017 e término em 2020 – 2.º mandato).
- Sou Presidente do Conselho Pedagógico da Escola de Direito (início do mandato em julho de 2014 e término em julho de 2017 – 1.º mandato; início de mandato em julho de 2017 e término em 2020 – 2.º mandato).
- Sou membro, por inerência das funções de Presidente do Conselho Pedagógico, da Comissão Pedagógica do Senado Académico, tendo sido investida no dia 24 de setembro de 2014.
- Assumi as funções de Presidente interina da Escola de Direito (de 9 de setembro de 2019 até às eleições).
- Presidente do Conselho Científico da Escola de Direito, por inerência das funções de Presidente da Escola de Direito.

4.2 Coordenação e gestão de cursos

- Fui membro da Comissão Diretiva do Curso de Formação Especializada em Direito das Crianças e Jovens da Escola de Direito da Universidade do Minho, nas suas duas edições (2006/2007 e 2007/2008).
- Fui Diretora do Curso de Licenciatura em Direito, diurno e pós-laboral, de julho a dezembro de 2014.
- Sou Diretora do Mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito da Universidade do Minho, desde a sua 1.^a edição, em 2013/2014.
- Sou membro da Comissão de Curso do Mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito da Universidade do Minho, desde a sua 1.^a edição, em 2013/2014.

4.3 Outros cargos e tarefas temporárias

- Integrei a comissão eleitoral, na qualidade de presidente, para Eleição do Diretor do NEDAL (Núcleo de Estudos de Direito das Autarquias Locais), em novembro de 2010.
- Fui membro da Assembleia Estatutária da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo sido eleita a 10 de março de 2009 e participado em todas as suas reuniões.
- Integrei a comissão de revisão do Regulamento Académico da Universidade do Minho, em 2016, e que entrou em vigor no ano letivo de 2017/2018.
- Presidi ao júri para análise de processos de reconhecimento de grau a nível de Mestrado e Licenciatura, por Despacho Presidência ED/05/2018, de 11 de setembro.
- Integro a comissão designada pelo Conselho Científico para apreciação de pedidos de reconhecimento de nível ao grau de licenciado e de reconhecimento específico ao grau de licenciado em Direito.

5. *Participação em associações e sociedades científicas relevantes ou em outras entidades de carácter científico ou cultural que desenvolvam atividades no âmbito da missão das anteriores*

- Associada da Associação Jurídica de Braga.
- Associada do Centro de Direito da Família de Coimbra.
- Membro integrado do centro de investigação *Direitos Humanos - Centro de Investigação Interdisciplinar*, subunidade orgânica da Escola de Direito da Universidade do Minho, até à sua extinção.
- Fui associada do *Instituto do Direito Judiciário - Ius Dicere*, até à sua extinção.
- Membro do Laboratório Colaborativo *CoLab ProChild*,
- Membro integrado do Centro de Investigação em Justiça e Governação - *JusGov*, subunidade orgânica da Escola de Direito da Universidade do Minho.
- Membro da Academia Iberoamericana de Derecho de Família y de las Personas, como Académica Plena.

6. *Participação em atividades oficiais académicas de cooperação institucional, nacional e internacional*

- Estive presente na celebração do protocolo de cooperação estabelecido entre o Governo de São Tomé e Príncipe e a Universidade do Minho, com vista à criação naquele país de uma Escola de Formação de Magistrados e Quadros da Administração Pública, a 3 de junho de 2015.

- Estive presente na sessão de abertura das Comemorações do Cinquentenário do Código Civil Português, realizada no Supremo Tribunal de Justiça, a 10 de maio de 2016.
- Integro a comissão instaladora da Escola de Formação de Magistrados e Quadros da Administração Pública em São Tomé e Príncipe.
- Estive presente na cerimónia formal de assinatura do Protocolo de Cooperação entre a Escola de Direito e a Comissão Fullbright (Fullbright Award in Law), em representação da Escola de Direito, a 5 de abril de 2018.
- Estive presente no VI Encontro de Família e Crianças, organizado pela Procuradoria-Geral Distrital do Porto, a 8 de junho de 2018, em Guimarães.
- Por Despacho da Presidência da ED/03/2018, de 6 de julho, integrei, para efeito de análise e parecer sobre o *curriculum vitae* de possíveis docentes convidados da Escola de Direito da Universidade do Minho, a Comissão relativa às Ciências Jurídico-Privatísticas.